



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE GEOGRAFIA
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

**ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO
GEOGRÁFICO DE LUGAR POR UMA ALUNA COM SÍNDROME DE DOWN**

SARA MILEIDE DA SILVA RIBEIRO

**MARABÁ – PA
2018**

SARA MILEIDE DA SILVA RIBEIRO

**ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO
GEOGRÁFICO DE LUGAR POR UMA ALUNA COM SÍNDROME DE DOWN**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Geografia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará como requisito à obtenção de título acadêmico em Licenciatura e Bacharelado em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Élide Pasini Tonetto

**MARABÁ – PA
2018**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Setorial Josineide da Silva Tavares

Ribeiro, Sara Mileide da Silva

Estratégias pedagógicas para a construção de conceito geográfico de lugar por uma aluna com síndrome de Down / Sara Mileide da Silva Ribeiro ; orientadora, Élide Pasini Tonetto. — Marabá : [s. n.], 2018

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Geografia, Curso de Licenciatura e Bacharelado em Geografia, Marabá, 2018.

1. Educação inclusiva. 2. Inclusão escolar. 3. Down, Síndrome de. 4. Geografia – Estudo e ensino. 5. Educação especial. I. Tonetto, Élide Pasini, orient. II. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. III. Título.

CDD: 22. ed.: 371.92

SARA MILEIDE DA SILVA RIBEIRO

**ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO
GEOGRÁFICO DE LUGAR POR UMA ALUNA COM SÍNDROME DE DOWN**

Conceito: _____.
Data de aprovação: ____/____/____.

Banca Examinadora:

Orientadora: Profa. Dra. Élide Pasini Tonetto (Unifesspa)

Prof. Me. Gustavo da Silva (Unifesspa)

Profa. Esp. Ana Lenira Nunes Cysne de Souza (Membro Externo)

**MARABÁ-PA
2018**

O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos, no mínimo fará coisas admiráveis.

José de Alencar (1829-1877)

AGRADECIMENTOS

Ao Todo Poderoso, Jeová, pelas forças renovadas e por sempre estar me guiando nesta vida terrena, ao meu amado amigo, Espírito Santo de Deus, por sempre me consolar nos momentos de aflições frente aos percalços cotidianos e ao meu irmão, advogado e médico, Jesus Cristo, pois através Dele recebi muitas graças durante este trajeto.

Agradeço a toda equipe da PROEX (Programa de Extensão) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará- UNIFESSPA, ao programa de assistência estudantil, que foi uma mãe em minha vida acadêmica, graças aos auxílios recebidos que consistiram de essencial importância para manutenção, sustento e permanência no município de Marabá.

Agradeço a minha estimada professora e orientadora Profa. Dra. Élide Pasini Tonetto, pela paciência e apoio incondicional para a conclusão deste trabalho, juntamente agradeço ao Prof. Me. Gustavo da Silva e a Profa. Esp. Ana Lenira Nunes Cysne de Souza, por comporem a banca de avaliação, pela ilustre presença e pela disponibilização de seu tempo, neste dia tão importante em minha vida acadêmica.

Agradeço ao meu querido mestre Marcelo Gaudêncio de Brito Pureza, pelos puxões de orelha, paciência, compreensão e conselhos.

Agradeço novamente ao mestre Gustavo da Silva, que juntamente com os demais docentes, auxiliou no aprimoramento do curso, através da inserção de laboratórios contribuindo para a formação completa dos graduandos em Licenciatura e Bacharelado em Geografia, além do reconhecimento deste frente ao MEC.

Agradeço a todos os meus professores do curso de geografia e áreas afins que não mediram esforços para ministrar as disciplinas da grade curricular nos levando a um pensamento mais crítico do mundo.

Agradeço ainda aos meus amigos do curso de Geografia 2013 diurno e noturno, dentre eles: Thiago Pereira, César Vieira, Juliana, Nayara Guajajara, Lucimária, Sandra Negrão, Ronis Cley, Diemison Ladislau, Mylena Cristina, Lourivan e Lucas “Pesquisador”, pela amizade e convívio.

Agradeço a Jans Waritana pela amizade e ajuda, Andrade de Aguiar pela ajuda e apoio, Ricardo Freitas pelo incentivo, e principalmente ao meu amigo do coração; Marcos Miranda pela ajuda e amizade sincera, e também ao Alyson da Xerox que me vendeu inúmeras apostilas fiado (*risos*).

A direção e equipe pedagógica da EMEF Salomé Carvalho, onde foi realizada a convivência e observação, facilitando a busca de informações, bem como todos os alunos, em especial a aluna com síndrome de Down e a Mary (monitora). Agradeço aos familiares da aluna por me permitirem a execução da análise, agradeço a coordenadora do núcleo de educação especial da SEMED por ceder seus alunos para que pudesse fazer a investigação e pela contribuição nas coletas de dados.

Agradeço a minha mãe e amiga Ivonete Soares da Silva, ao meu amado pai Isac Alves Ribeiro e a todos os meus irmãos; Marcos Paulo, Cristiane, Ana Carolina, Ana Paula, Rodrigo, Mirian Ainoã e toda minha família pelo apoio, carinho e confiança. À senhora Maria Goreth de Souza e toda a sua família (dona Tereza, Marcio, Marcelo, Sandrinha e Willian) pela hospitalidade em sua residência nos primeiros meses do curso, também agradeço a Natali Neves e todas as meninas da ex república de Parauapebas (Cássia, Abia, Paulinha, Patrícia, Eduarda, Priscila, Juliana) por me acolherem, amizades sinceras se perpetuaram, jamais me esquecerei de vocês.

Agradeço de todo o coração ao meu namorado Jefferson Paixão de Lima, pelo incentivo, esforço, apoio, cuidado, paciência e broncas em relação à concretização dessa pesquisa. Enfim, agradeço a todos que direta e indiretamente contribuíram para essa etapa de vitória em minha vida acadêmica, profissional e pessoal. Que Deus os abençoe grandemente.

Muito grata a todos.

RESUMO

A Geografia como disciplina obrigatória no currículo escolar da Educação Básica enfrenta grandes desafios, dentre eles, a construção de práticas pedagógicas inclusivas, devido ao processo de inclusão escolar de alunos com deficiências na rede regular de ensino ser recente. A questão da proposta emergiu das experiências arroladas em práticas realizadas nos estágios docentes durante a graduação, ocorridas em escolas do Ensino Fundamental, ao acreditar num desafio enfrentado por diversos docentes da rede regular de ensino fortaleceram a procura acerca de metodologias de ensino para alunos com Síndrome de Down-SD. Diante da problemática a pesquisa tem como objetivo geral construir o aprendizado do conceito de Lugar por uma aluna com Síndrome de Down, através de metodologias que contribuam para o ensino e aprendizado de Geografia. De forma que os objetivos específicos consistem em: a) compreender o ensino de Geografia e a Inclusão de Alunos com Síndrome de Down na Educação Básica; B) entender a Síndrome de Down e suas Implicações Intelectuais para a Construção do Conceito de Lugar c) analisar o processo de construção do conceito de lugar pela aluna com síndrome de down, através de métodos de ensino e aprendizagem em Geografia. Para a realização do trabalho alguns procedimentos foram aplicados durante o seu desenvolvimento: leituras e levantamento bibliográfico referentes ao processo de educação inclusiva, síndrome de down e métodos de ensino e aprendizagem dos alunos na educação básica com ou sem deficiências, leituras sobre conceito de lugar, buscando metodologias para a construção desse conceito para alunos com deficiência intelectual; desenvolvidas com uma aluna do 7º ano do ensino fundamental da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Salomé Carvalho; observação da aluna e do contexto escolar pesquisado; aplicação de questionários com docentes e profissionais de apoio e entrevista com familiares e desenvolvimentos das atividades e métodos para edificação do aprendizado. Assim foram utilizados os autores que trabalham com o conceito de lugar e o processo de ensino e aprendizagem, destacam se entre eles Cavalcanti (2005), Cavalcanti (2005, 2012), Holzer (1999), (Santos 2006), Carlos (2006) Voivodic (2008), Massey (2000), Bissoto (2005) e Tuan (1983). Os principais resultados apontam que a educação inclusiva, juntamente com o auxílio da escola através das salas de recurso e apoio de instituições como a APAE, em conjunto, fortalecem o desenvolvimento dos alunos com deficiências, ao mesmo tempo torna-se um desafio para o docente, pois este deve buscar sempre elaborar métodos adequados a necessidade dos alunos. Assim, a análise realizada apresenta as potencialidades e desenvolvimentos do conceito de lugar pela aluna com síndrome de down que estuda em escola regular da rede básica de ensino, compreendendo a construção do conceito de lugar, através de métodos que contribuam no ensino de geografia, de modo se analisou que a aluna compreende o conceito de lugar, ligados principalmente a lugares dotados de sentimentos e afetos, ou seja, lugar de pertencimento, construídas pelas vivencias e cotidiano da aluna.

Palavras-Chave: Inclusão; Síndrome de Down; lugar.

ABSTRACT

Geography as a compulsory subject in the school curriculum of Basic Education faces major challenges, among them, the construction of inclusive pedagogical practices, due to the process of inclusion of schoolchildren with disabilities in the regular network of education is recent. The question of the proposal emerged from the experiences gathered in practices carried out during undergraduate teaching in elementary schools, believing in a challenge faced by several teachers of the regular education network, strengthened the demand for teaching methodologies for students with Syndrome of Down-SD. In view of the problem, the research has as general objective to build the learning of the concept of Place by a student with Down Syndrome, through methodologies that contribute to the teaching and learning of Geography. So the specific objectives consist of: a) understanding the teaching of Geography and the Inclusion of Students with Down Syndrome in Basic Education; B) to understand Down's Syndrome and its Intellectual Implications for the Construction of the Concept of Place c) to analyze the process of construction of the concept of place by the student with down syndrome, through teaching and learning methods in Geography. For the accomplishment of the work some procedures were applied during its development: readings and bibliographical survey concerning the process of inclusive education, down syndrome and methods of teaching and learning of students in basic education with or without disabilities, readings about concept of place, seeking methodologies for the construction of this concept for students with intellectual disabilities; developed with a student of the 7th grade of elementary school of the Municipal School of Elementary Teaching Professor Salome Carvalho; observation of the student and of the researched school context; application of questionnaires with teachers and support professionals and interviews with family members and the development of activities and methods for building learning. In this way, the authors who work with the concept of place and the teaching and learning process are used, among them are Cavalcanti (2005), Cavalcanti (2005, 2012), Holzer (1999) Voivodic (2008), Massey (2000), Bissoto (2005) and Tuan (1983). The main results point out that inclusive education, together with the help of the school through the resource rooms and support institutions such as the APAE, together, strengthen the development of students with disabilities, at the same time becomes a challenge for the teacher , since this should always seek to elaborate methods appropriate to the students' needs. Thus, the analysis carried out presents the potentialities and developments of the concept of place by the student with down syndrome who studies in a regular school of the basic education system, including the construction of the concept of place, through methods that contribute to the teaching of geography, This way, it was analyzed that the student perceives the concept of place, linked mainly to places endowed with feelings and affections, that is, place of belonging, built by the experiences and daily life of the student.

Key Words: Inclusion, Down Syndrome; place.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
NEE	Necessidades Educacionais Especiais
SD	Síndrome de Down
MEC	Ministério da Educação
EPD	Estatuto da Pessoa com deficiência
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
TA	Tecnologia Assistiva
APAE	Associação de Pais e Amigos do Excepcional
AEE	Sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado
SEMED	Secretaria municipal de Educação
ZDP	Zona de Desenvolvimento Proximal
NARC	Nacional Association For Retarded Children

LISTA DE IMAGENS

Figura 1- localização da EMEF Salomé Carvalho	16
Figura 2 - Atividade Lugares do Cotidiano	48
Figura 3 - Atividade Lugares de Pertencimento	49
Figura 4- Influência do tempo no lugar	50

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
METODOLOGIA DA PESQUISA.....	16
1.1. ENSINO DE GEOGRAFIA E INCLUSÃO DE ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	19
1.2. Visão da Deficiência: Exclusão para Inclusão.....	19
1.3. Entendendo a Síndrome de Down	21
1.4. A Política de Educação Inclusiva para Pessoas com Síndrome De Down no Brasil 23	
1.5. A importância do ensino e aprendizagem de Geografia para alunos com Síndrome de Down	28
2. SÍNDROME DE DOWN E SUAS IMPLICAÇÕES INTELECTUAIS PARA A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO LUGAR.....	34
2.1. Uma discussão geográfica sobre o conceito de Lugar.....	34
2.2. As limitações de aprendizagem dos alunos com Síndrome de Down para a construção do conceito lugar	39
3. A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO LUGAR POR UMA ALUNA COM SÍNDROME DE DOWN.....	44
3.1. Metodologia do ensino	44
3.2. Resultados.....	46
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS.....	55
ANEXOS.....	58
APÊNDICES.....	60

1. INTRODUÇÃO

A Geografia é uma ciência que passou e ainda passa por diversas indagações, para Cavalcanti (2005) antes vista apenas como um estudo da interferência do homem sobre o meio físico, o que denota com o tempo a necessidade de se estudar suas influências pelo convívio, práticas cotidianas, relações sociais e culturais, elevando o homem um ser crítico sobre o lugar inserido e a relação deste com a sociedade.

A Geografia como disciplina obrigatória no currículo Escolar da Educação Básica enfrenta grandes desafios, dentre eles a construção de práticas pedagógicas inclusivas, devido ao processo de inclusão escolar de alunos com deficiências na rede regular de ensino ser recente.

A inclusão de alunos com deficiências não apenas no ambiente escolar, como também na sociedade, buscando ter acesso à cidade, através de mecanismos que facilitem a mobilidade urbana, coloca em enfoque a necessidade de melhorar a inclusão das pessoas com deficiências em todos os seguimentos da sociedade. No ambiente escolar, então, deve-se evitar modelos que inclui excluindo ao mesmo tempo os alunos, ou seja, que os torna apenas um corpo presente.

Devo assim, enfatizar o meu grande interesse pela educação especial, principalmente numa perspectiva inclusiva. A temática da pesquisa das experiências arroladas em práticas realizadas nos estágios docentes durante a graduação, ocorridas em escolas do Ensino Fundamental e acreditando ser um desafio enfrentado (pela discente) e por diversos docentes da rede regular de ensino, isto em conjunto a sentimentos pessoais, ressalto, a minha família, por existir membros com Síndrome de Down, fortaleceram a procura acerca de metodologias de ensino para alunos com SD- Síndrome de Down.

Ao longo de uma vasta história de lutas e preconceitos perpassados pelos indivíduos com síndrome de Down, se admite que trabalhando precocemente a estimulação psicomotora com o apoio da escola regular e de instituições como a APAE (Associação de Pais e Amigos de Excepcionais), os sujeitos com SD possuem capacidade de aprendizado como qualquer outra criança que detém de particularidades.

Atualmente os indivíduos com Síndrome de Down estão inseridos no mercado de trabalho, nos esportes e nas escolas regulares, de modo que é necessário buscar maneiras que facilitarão a inclusão e o aprendizado deles, para entendermos este grupo que antes se encontravam tão segregados da sociedade. Porém, atualmente com métodos de ensino e aprendizagem, dentro da educação especial e educação inclusiva e trabalhando suas potencialidades, esses alunos podem ter uma vida com mais autonomia.

A inclusão dos alunos com Síndrome de Down na Educação Básica é de suma importância para o crescimento intelectual, profissional e social do aluno. Então, embora o processo de ensino e aprendizagem desses alunos, seja um tanto quanto lento, parte-se do pressuposto que todas as pessoas possuem capacidade de aprender, porém, de modos distintos umas das outras, dessa forma, não se deve limitar o aprendizado de crianças e alunos em razão de suas deficiências. Nesta perspectiva, o professor deve estar atento e sensível para lidar em sala de aula com alunos com diversas deficiências e a escola buscar estar apta a recebê-los.

Na geografia compreender o espaço geográfico é um tanto complexo, de modo que para melhor compreensão é necessário estudar as particularidades do mundo, ou seja, aprender do local para compreender o global, pois como declara Carlos (2007, p.22) “É no lugar que se manifestam os desequilíbrios, as situações de conflito e as tendências da sociedade que se volta para o mundial”, assim, entende-se que estudar o lugar é de fundamental importância para a compreensão do mundo. Desse modo, foi trabalhado o estudo do conceito de lugar com uma aluna com síndrome de Down que estuda na rede municipal de ensino, pois o estudo do lugar contribui na abertura de caminhos para a construção dos demais conceitos geográficos. Surgiram questionamentos sobre: - quais métodos podem ser utilizados no aprendizado de um aluno com síndrome de down para a Construção do conceito de lugar e qual a visão da aluna com síndrome de Down na definição do conceito de lugar?

Diante destas preocupações o objetivo da pesquisa, é construir o conceito de lugar com uma aluna com Síndrome de Down, através de metodologias que contribuam para ensino e aprendizagem em Geografia. Nesta perspectiva o professor deve atuar como mediador por meio das experiências vividas pelos alunos, pois estes são participantes no processo de construção do seu lugar, através de suas vivências e experiências cotidianas.

Diante da perspectiva mencionada, os objetivos específicos, que sustentam este trabalho, buscam: A) compreender o ensino de Geografia e a Inclusão de Alunos com Síndrome de Down na Educação Básica; B) entender a Síndrome de Down e suas Implicações Intelectuais para a Construção do Conceito de Lugar C) analisar o processo de construção do conceito de lugar pela aluna com síndrome de down através de métodos de ensino e aprendizagem de geografia.

O trabalho se divide em três capítulos, o Capítulo 1 denominado Ensino de Geografia e inclusão de alunos com síndrome de Down na educação Básica aborda o contexto histórico e a inserção destes alunos no mundo escolar da educação inclusiva, em seus tópicos traz um apanhado da política de Educação para pessoas com Síndrome de Down no Brasil e a importância do ensino e aprendizagem de geografia para alunos com Síndrome de Down.

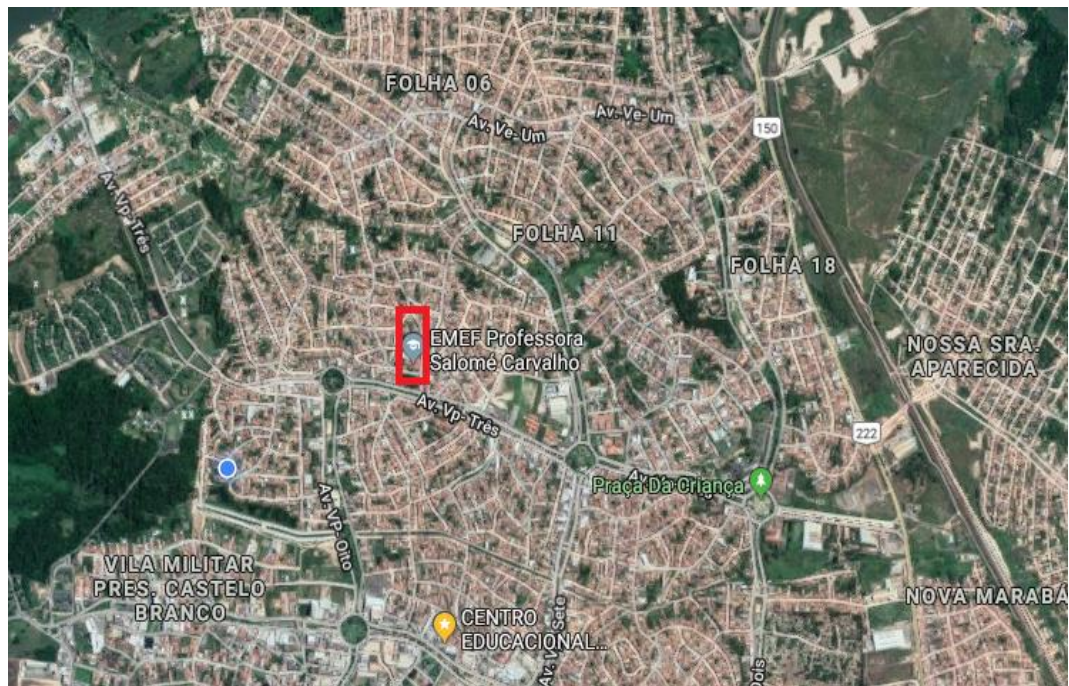
O Capítulo 2 denominado A Síndrome de Down e suas implicações intelectuais para a construção do conceito de Lugar aborda em seus tópicos uma discussão geográfica sobre o conceito de lugar e as limitações de aprendizagem dos alunos com Síndrome de Down para a construção do conceito de lugar.

O Capítulo 3 denominado A construção do conceito de lugar por uma aluna com Síndrome de Down aborda a construção desse conceito através de métodos que contribuem no aprendizado de geografia, os resultados e as considerações finais de acordo com as implicações alcançados pela pesquisa.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Para realização da pesquisa foi necessário investigar as escolas do município que possuem alunos com síndrome de down que frequentam de forma regular o ensino básico do município, dados estes cedidos pela SEMED- Secretaria municipal de Educação de Marabá.

Figura 1- localização da EMEF Salomé Carvalho



Fonte: Google Maps, 2018

Foi selecionada a EMEF Salomé Carvalho no núcleo nova marabá, pois além de existir alunos com SD no ambiente escolar, a escola possui uma sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE), sala de leitura, de informática, sala de direção, secretaria, sala de professores, quadra de esportes coberto, refeitório, banheiros e adequada estrutura para atender os alunos com deficiência ou mobilidade reduzida o que reforça mais o interesse da instituição pela inclusão escolar.

A escola atende a alunos de anos iniciais e finais do ensino fundamental da rede pública de ensino, possui 56 funcionários entre docentes e profissionais qualificados para atuarem com precisão e desempenho com as diversidades dos alunos incluídos no ambiente escolar.

A busca por vagas e matrículas de alunos com deficiências na instituição aumentou consideravelmente após a implantação da AEE, certamente pela confiança que os pais colocam no desenvolvimento do aprendizado dos seus filhos, além disso, os alunos contam com a atuação de monitores que trabalham de forma individualizada para reforçar o aprendizado de cada aluno com deficiência.

O estudo se iniciou através de pesquisa bibliográfica de diversos autores, dentre eles: Carlos (2007), Voivodic (2008), Calvacanti, (2005, 2012), Santos, (2006), Massey, (2000) Silva (2015), Jannuzzi(2012), Mazzotta (2005), Mendes (2010), Mustacch (2000), Callai (1996), Sacramento(2010), Castellar (1999), Andrade(2016), Muniz(2013), Batista e Fernandes (2015), Pontuschka (2007), Holzer (1999), Tuan (1983) e Bissoto (2005), que abordam o lugar na geografia, a síndrome de Down, a política de educação especial e de metodologias de ensino para geografia, após leituras e entendimentos sobre a temática.

O passo seguinte consistiu em conhecer a realidade da aluna com Síndrome de Down, para isso foram elaboradas fichas de observação, o qual foram preenchidas na observação sobre a instituição, a atuação dos profissionais, bem como suas metodologias de ensino desenvolvidas pelos profissionais ou docentes.

Foi realizada uma entrevista com Mary¹ (monitora da aluna com SD), abordando questões de importância para educação dos alunos com SD e do desenvolvimento da aluna, sendo sua opinião necessária conhecer as dificuldades e facilidades de aprendizagem que a aluna possui para proposta de atividade.

Assim a pesquisa consistiu ao período de observação da aluna com síndrome de down, além de coleta de dados realizada em sala de aula e sala de recursos (AEE) com os profissionais que acompanham a aluna no processo de ensino e aprendizagem. Assim constatou-se através de observação e entrevista com a monitora que acompanha a aluna, que ela possui dificuldade na escrita, na dicção e grau baixo de autismo.

¹ Monitora estagiária, graduanda em pedagogia.

Ainda ocorreu um diálogo com Maria², mãe da aluna sobre os lugares que fazem parte do dia a dia da estudante. O objetivo de elaborar um método de ensino e aprendizagem do conceito de lugar de acordo com suas necessidades.

Após análise do período de observação no que condizem as metodologias desenvolvidas pelos profissionais da escola e da sala de recursos, foi realizado uma atividade direcionada a aluna Letícia³, do 7º ano do ensino fundamental, sendo utilizada a sala de recurso, o qual foi trabalhado o conceito de lugar na geografia, com exercício do tema proposto, para posterior análise do processo de ensino e aprendizagem da aluna com Síndrome de Down após a vivência em sala de aula.

Assim, a análise se deu mediante diálogos e observações da atividade ocorrida em relação a propostas metodológicas, com o objetivo de analisar o processo de construção do conceito geográfico de lugar, como a aluna aprendeu no decorrer do desenvolvimento da proposta.

² Foi utilizado nome fictício para preservar a identidade da progenitora.

³ Foi utilizado nome fictício para preservar a identidade da estudante.

1.1. ENSINO DE GEOGRAFIA E INCLUSÃO DE ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Este capítulo aborda uma revisão do contexto histórico da educação inclusiva e da Síndrome de Down, pretende, também, trazer reflexões sobre a importância do ensino de geografia na educação básica numa perspectiva inclusiva, de tal modo que compreendamos os efeitos que influenciam a educação desses alunos dentro da conjuntura educacional brasileira.

1.2. Visão da Deficiência: Exclusão para Inclusão

Relatos sobre a deficiência de um modo geral estar relacionado a um contexto que vem desde a civilização ocidental, antes de Cristo, quando as pessoas que não pertenciam à nobreza eram consideradas subumanas, o pior então, acontecia com as pessoas com deficiência em Roma e Esparta, (SILVA, 2015) eram abandonadas para morrer, ficavam expostas num rio, floresta ou deserto, através da prática chamada de “Exposição ou abandono”.

De acordo com o Livro Teologia da Inclusão, do professor Emilio Figueira, o grande número de bebês encontrados mortos, passou a gerar preocupação de uma irmandade de caridade que em Roma, organizou um sistema chamado “Rodas dos Expostos”. “O nome da roda provém do dispositivo onde se colocavam os bebês que se queria abandonar”, estas, “no Brasil funcionaram entre 1726 a 1950”, sendo a primeira instalada em Salvador. Silva (2015, p. 153).

As pessoas deficientes estiveram por tempos isolados do convívio social, concordando com Jannuzi (2012, p. 09) que desse modo “havia a exclusão legal na Constituição”. Nessa conjuntura, Mazzota (2005) aponta que no Brasil o desenvolvimento histórico da educação especial inicia-se no século XIX inspirados por experiências norte-americanas e europeias que foram traduzidas por alguns brasileiros que se dispunham a organizar e a programar ações isoladas e particulares para atender a pessoas com deficiências físicas, mentais e sensoriais, entre 1854 a 1956 essas iniciativas estavam integradas a organizações privadas. A partir de 1957 passou a sofrer definições por ações oficiais de âmbito nacional e

finalmente em 1993 se tornou forte e caracterizado pelos movimentos em favor da inclusão escolar.

Somente depois de décadas surgiu o conceito Integração social, ou seja, instituições; entidades e associações destinadas ao ingresso, convívio em sociedade e qualidade de vida dessas pessoas, embora utilizassem na maioria, modelos médicos. Este modelo denominado de Integração, logo, foi contribuindo para o interesse de educadores no ensino desses indivíduos, contudo o processo de educação especial passou por diversos conflitos, sendo necessário mais de um século para se estruturar e adquirir categoria inclusiva.

A inclusão da “educação de deficientes”, da “educação dos excepcionais” ou da “educação especial” na política educacional brasileira vem a ocorrer somente no final dos anos cinquenta e início da década de sessenta do século XX. (MAZZOTA, 2005, p. 27).

Jannuzi (2012) ressalta que desde 1930 associações filantrópicas já vinham se organizando e se desenvolvendo a partir de 1950, na década posterior e muitos com apoio educacional, clínicas e serviços privados de atendimento, foram, agrupando pessoas e profissionais interessados na questão lembrando que o “interesse em diversos países era justificado em prol do desenvolvimento, a fim de torná-los úteis a sociedade”. (p.118)

Assim dessas iniciativas integradas a organizações privadas, surgiram as APAEs - Associação de Pais e Amigos de Excepcionais no Brasil (predominante até os dias atuais), sendo fundada a primeira associação no dia 11 de dezembro de 1954, na cidade do Rio de Janeiro, segundo Mazzota (2005) sobre influência da NARC – Nacional Association For Retarded Children, que tinha objetivo principal de proporcionar atendimento a crianças com desenvolvimento mental retardado, pois estas, até então, eram excluídas das escolas. Essas instituições especializadas eram gerenciadas pelos próprios pais.

A LDB- Lei de Diretrizes e Bases, nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, de acordo com Mendes (2010 p. 99) “criou o Conselho Federal de Educação, e nela apareceu a expressão “educação de excepcionais” contemplada em dois artigos (88 e 89)” Ainda, Mendes considera “o marco inicial das ações oficiais pelo poder público na área de educação especial, que antes se restringiam a iniciativas regionalizadas e isoladas no contexto da política educacional nacional”. (2010, p.

99). Esta lei contribuiu significativamente na observação do aumento de instituições filantrópicas privadas.

Nessa conjuntura, percebe-se que diversas leis foram sendo elaboradas para pessoas com deficiências na questão de mobilidade, direito e atendimento, entretanto, a Declaração de Salamanca, ocorrida na Espanha, no ano de 1994, enfatiza a Inclusão Social e a Escolar, sendo assim, de suma importância, pois reafirmou o compromisso com a “Educação para Todos”, além de medidas concretas para aplicação da mesma.

Embora já existissem leis para a inclusão de pessoas com deficiências no Brasil, o modelo Inclusivo, quebra com modelos anteriores pautados somente em padrões médicos, fazendo surgir campos e ações inclusivas na prática, inserindo também toda a sociedade na questão inclusiva. Distinguindo, assim, a necessidade de equiparar a educação para pessoas com NEE- Necessidades Educacionais Especiais juntos aos alunos ditos “normais”, dentro do sistema regular de ensino.

1.3. Entendendo a Síndrome de Down

Antes da descoberta da Síndrome de Down, seus portadores eram considerados deficientes físicos ou mentais, pois, até então, deficientes mentais eram vistos como um único e homogêneo grupo, contudo de acordo com Mustacchi (2000), por volta de 1866, começaram a surgir questionamentos sobre a aparência física destes em relação à população oriental, ou “mongoloide”, termo proibido, por ser considerado pejorativo tanto para os orientais quanto para as pessoas com esta síndrome.

Segundo Mustacchi (2000) os primeiros relatos comprovados a respeito das pessoas com SD está no quadro de Sir Joshua Reynolds pintado em 1773 e intitulado “Lady Cockburn y sus hijos”, que mostra o menino com traços faciais geralmente observados nos indivíduos com SD. Embora não exista documento descrito do relato de pessoas com SD antes do século passado.

A primeira descrição clínica foi feita em 1866 pelo médico pediatra inglês John Langdon Down, (sobrenome designado na definição da deficiência) que trabalhava no Hospital John Hopkins em Londres numa enfermaria para pessoas com deficiência intelectual. Publicou um estudo descritivo e classificou estes pacientes de acordo com o fenótipo e descreveu como “idiotia mongólica” aqueles

com fissura palpebral oblíqua, nariz plano, baixa estatura, déficit intelectual e desenvolvimento psicomotor. (MUSTACCHI, 2000). O diagnóstico clínico baseava-se no reconhecimento de características físicas, ou seja, quanto mais características específicas da SD forem identificadas aumenta-se a segurança do diagnóstico clínico, pois, os exames laboratoriais daquela época não eram suficientemente avançados para comprovar o problema cromossômico.

Quase um século depois da descoberta da síndrome de down, o médico francês, pediatra e professor de genética Jérôme Jean Louis Marie Lejeune e seus colaboradores, demonstraram a presença de uma anomalia no cromossomo 21 extra nas pessoas com SD, ou trissomia (três) do cromossomo 21, sendo três suas causas fundamentais

Trissomia Simples, também conhecida como não disjunção do cromossomo de número 21, que ocorre em 96% dos casos; Translocação, que acontece em indivíduo com síndrome de Down apresentando 46 cromossomos e não 47 que estão presentes na Trissomia Simples; e Mosaicismo, com ocorrência de 2%, este último é caracterizado por no mínimo duas populações celulares diferentes". (MUSTACCHI 2000 p. 823).

Segundo Voivodic (2008) diversos fatores, dentre eles a idade materna pode influenciar na anomalia, como declara

Alguns fatores podem modificar a incidência da SD, e são classificados em ambientais ou exógenos e endógenos. Entre os endógenos, o mais importante é, indiscutivelmente, a idade materna. Mulheres mais velhas apresentam riscos maiores de envelhecimentos dos óvulos. O mesmo não acontece com os espermatozóides e por esta razão é que não há uma relação direta entre SD e a crescente idade paterna. (2008 p. 40).

Ao nascer uma criança com SD, os pais deverão receber apoio e conselhos de profissionais para lidar com a deficiência de seus filhos, buscando sempre a qualidade de vida dos indivíduos com SD. Dessa forma, antes mesmo dos desafios que os pais enfrentarão referentes ao aprendizado, a saúde física e mental de seu bebê com Síndrome de Down, outro desafio consiste na aceitação por parte dos pais da deficiência do filho esperado, Mustacchi afirma

Ao nascer a criança com síndrome de Down, os pais sentem a perda da criança sadia imaginada. Aceitar a tristeza que advém dessa perda e permitir-se viver um período de luto pode auxiliar os pais a se libertar disso e pensar no filho que tem, para que seja possível estabelecer um vínculo efetivo com ele, aceitando-o como ele é apesar de suas limitações. (2000 p. 884).

Mudanças sociais e aceitação da família são necessárias para o aprimoramento do potencial do indivíduo com SD

Estas mudanças incluem os grupos de defesa de pais, num movimento geral em relação a permitir a todas as crianças conduzirem uma vida normal e tornarem-se integradas na sociedade. (Mustacchi2000 p. 887).

Os indivíduos com síndrome de Down possuem alguns traços próprios e semelhantes entre si, pois carregam o cromossomo 21 extra, que exercerá uma influência na formação do corpo. Assim, os indivíduos com SD apresentarão muitas características físicas e comportamentais em comum.

De acordo com Voivodic (2008) geralmente as pessoas com SD, são calmas, afetivas, bem-humoradas, possuem alguns déficits intelectuais, distúrbios de comportamento, desordens de conduta, dificuldades na linguagem, na motricidade e na integração social. Entretanto é importante salientar, que, estes apesar de apresentarem traços bem semelhantes, possuem características mais acentuadas do que em outros indivíduos com a mesma síndrome, características estas, que poderão variar de indivíduo para indivíduo, de modo que também, sua parte cognitiva, ao seja, sua capacidade de aprender, mudam entre um indivíduo e outro, mesmo ambos de mesmo sexo e idade.

1.4. A Política de Educação Inclusiva para Pessoas com Síndrome De Down no Brasil

No Brasil a preocupação com a inserção de pessoas com deficiências em todas as esferas na sociedade iniciaram na década de 80, em países desenvolvidos e amparados pelos múltiplos tratados internacionais. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (carta Magna) enfatiza em seu contexto garantias e direitos do povo brasileiro, no seu artigo 1º, inciso III, traz como fundamento a “dignidade da pessoa humana”, essencial para a sociedade, inclusive as pessoas com deficiências, como é o caso dos sujeitos com Síndrome de Down, a Constituição de 88, é então a base para outros dispositivos criados para pessoas em situação de deficiência.

O artigo 3º, inciso IV, define que é dever do Estado “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Além disso, trata a importância da educação, no artigo 205º, “A

educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, trazendo a garantia no artigo 208º, inciso III ao “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Definindo então o direito de todos ao acesso ao ensino regular, dando oportunidade ao ensino inclusivo.

Na década de 90, discussões e propostas a respeito de educação inclusiva se intensificaram através de dois encontros internacionais: destacado a “Conferência Mundial sobre Educação para Todos”, sucedida em Jomtien, no ano de 1990, na Tailândia, acordada assim, a “Declaração Mundial sobre Educação para Todos”. A referida declaração tem como princípio a proposta de “educação para todos”, de maneira igualitária, de qualidade, fundamentada na educação inclusiva, ratificando a necessidade de um ensino especializado, com respeito e aceitação das diferenças para uma sociedade justa e participativa.

O Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA, Lei 8.060 de 13 de julho de 1990, também defende o atendimento e atenção especializada ao estudante com deficiência, como expresso no artigo 11, parágrafo 1º: “A criança e o adolescente com deficiência serão atendidos, sem discriminação ou segregação, em suas necessidades gerais de saúde e específicas de habilitação e reabilitação”. Logo, no artigo 54, inciso III, declara ser dever do Estado garantir à criança e ao adolescente, acolhimento educacional especializado aos portadores de deficiência, principalmente na rede de ensino regular.

Em 1994, aconteceu em Salamanca, na Espanha a Conferência Mundial de Educação Especial, com a participação de 88 governos e 25 organizações internacionais, acordada nessa assembleia a Declaração de Salamanca, como disto no tópico anterior, reafirmava o compromisso com a “Educação para Todos”, trazendo em seu 1º parágrafo a “necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e reendossamos a estrutura de Ação em Educação Especial” para que sejam conduzidos pelo íntimo de recomendações e provisões pelo governo e organizações.

A declaração de Salamanca apresenta maneiras de promover a educação inclusiva, para a defesa da dignidade da pessoa humana e concretização dos

direitos humanos. Debate sobre princípios, políticas e práticas na área da Educação Inclusiva, expressando que toda criança possui direito essencial à educação, dando a chance de alcançar e manter o nível apropriado de aprendizagem, pois toda criança é dona de características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas. Assim os regulamentos educacionais necessitavam ser empossados e programas serem praticados com o intuito de considerar a vasta diversidade de tais características e necessidades, com acesso ao ensino regular dentro de uma proposta centrada na criança, satisfazendo assim suas necessidades.

Nesta perspectiva a escola promove uma orientação inclusiva, considerado o melhor meio de conter atitudes discriminatórias, tornando comunidades acolhedoras, edificando uma sociedade inclusiva alcançando assim uma educação para todos, provendo à maioria das crianças uma educação efetiva e eficiente.

Antes da declaração de Salamanca, a educação básica para pessoas com deficiências no Brasil se dava de maneira segregacionista e integracionista, pois haviam escolas próprias para alunos com deficiências, depois da década de 90 com a declaração de Salamanca, as escolas abrangeram seu enquadramento a todos os indivíduos que viessem fazer parte dela, tornando-se inclusiva. Diversas são as discussões sobre as definições de educação especial e educação inclusiva, Pureza destaca que

A discussão a respeito da Educação Inclusiva está eivada de contradições e controvérsias. Muitos a têm limitado ao âmbito da educação especial, ou o que é mais grave, tem se considerado a Educação Inclusiva como sinônima da educação especial. (2011 p.43).

Essa sinonímia pode estar pautada na recente inserção da educação inclusiva nas escolas regulares de ensino, Pureza (2011) também menciona que a própria lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 9.394, de dezembro de 1996, que em seu Capítulo V, trata especificamente da Educação Especial, entendida como uma modalidade de educação escolar, oferecida para alunos com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino.

Evidencia-se então, que são termos bem distintos, pois a educação especial é voltada a um grupo específico, enquanto que a educação inclusiva abarca todos os indivíduos com ou sem deficiência. Além disso, deve-se tomar cuidado com termos empregados como: "portador", "pessoas com necessidades especiais" ou

“especiais”, caíram em desuso por muitas vezes serem usados de forma preconceituosa, segregacionista e exclusiva.

Em relação à lei 9.394 de 1996, conhecida como LDB, a educação especial é deliberada como modalidade que deveria ser apresentada pela rede comum de ensino, então, o Brasil como signatário de acordos internacionais, atua com países da Europa e América do Norte, através do ministério da educação inseriu programas de voltados para educação inclusiva e implantação de salas de recursos multifuncionais. O Decreto n^o 6.949, de 25 de agosto de 2009, reuniu a legislação das diretrizes da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da ONU- Organização das Nações Unidas.

Recentemente surgiu a lei n^o 13.146, de 06 de julho de 2015-Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, conhecida com Estatuto da Pessoa com Deficiência- EPD, após 12 anos de tramitação no Congresso Nacional. O referido Estatuto estabelece o cumprimento das leis que garantem o bem-estar de todas as pessoas com deficiências.

Desse modo, nas disposições preliminares, em seu artigo 1^o, O EPD, está designada a afirmar e a gerar, em situações de equidade, o desempenho dos direitos e das liberdades basilares da pessoa com deficiência, tendo em vista à sua cidadania e inclusão na sociedade.

O artigo 2^o define que pessoa com deficiência é aquela que tem empecilho de longo prazo de caráter natural, intelectual, intelectivo ou sensorial, em intercâmbio com uma ou mais impedimentos. Possuindo capacidade de obstruir sua convivência plena e efetiva na coletividade em equidade de condições com os outros sujeitos.

Logo o artigo 8^o enumera direitos das pessoas com deficiências, sendo um dever do Estado, da sociedade e da família assegurá-los com preferência, a realização dos direitos indicativos à vida, ao bem-estar, ao gênero sexual, a ter filhos, à nutrição, à moradia, ao ensino, à qualificação, ao emprego, à previdência, à capacitação, a condução pública, ao acesso a cidade, ao desenvolvimento, ao esporte, ao passeio, ao descanso, à notícia, ao diálogo, aos progressos da ciência e tecnologia, ao decoro, a consideração, ao livre-arbítrio, ao convívio doméstico e em comunidade, dentre diversos oriundos da Constituição da república, da Convenção a respeito dos Direitos das Pessoas com Deficiências e seu Protocolo Facultativo das leis e das diferentes regras de garantia a vida individual, igualitária e econômica.

O capítulo IV, da EPD, aborda o direito à educação das pessoas em situação de deficiência, o seu artigo 27 define que a educação compõe um direito garantido indivíduo com deficiência, através de um sistema educacional inclusivo que abranja todos os graus de estágios no percorrer da vida, maneira a chegar ao elevado alargamento de suas capacidades e destrezas, sensoriais, corporais, mentais e sociais, de acordo com suas peculiares, importâncias e obrigações de aprendizagem.

Além disso, garante o uso de tecnologias assistivas a todas as pessoas deficientes que necessitem destes recursos em diversas esferas, o capítulo III, artigo 74, traz em seu bojo que o uso de Tecnologia Assistiva é seguro a sujeito deficiente para que tenha acesso a artigos, soluto, tática, métodos, procedimentos, prática que usufruam de tecnologias assistivas para elevar ao máximo sua mobilidade, autonomia e qualidade de vida.

A lei EPD, se preocupa com medidas para a inclusão dos indivíduos com síndrome de down na sociedade e na escola, trazendo a importância de utilização de tecnologias assistivas para esses alunos e acompanhamentos de monitores garantindo a todos aprendizagem em classes de ensino comum, dessa forma a escola deve se adaptar as especificidades dos alunos.

Nesta primazia a declaração de Salamanca, (1994), traz no artigo 38, o recrutamento e treinamento dos educadores, deixando claro que a elaboração adequada de todos os professores esse constitui algo essencial na elevação do avanço no sentido de estabelecer escolas inclusivas, para isso, estas ações deveriam ser adotadas. Além disso, a importância do recrutamento de professores que possam servir como modelo para crianças com deficiência torna-se cada vez mais reconhecida. Pois não basta apenas a inclusão dentro da sala de aula, todavia, dentro do aprendizado. Como declara Pureza

A Educação Inclusiva que consideramos busca a igualdade de acesso ao atendimento escolar e a igualdade de aprendizagem, só assim se dará o respeito à diversidade e à diferença para que se possa responder a uma gama de necessidades, ou, na perspectiva da Educação Inclusiva a diversidade e a diferença são consideradas como normais. (2011, p.47).

A busca pelo aprendizado e inclusão das pessoas com deficiências em seu contexto histórico tomou força devido à constante busca pelos pais, para mudanças no atendimento dessas crianças, como declara Mazzota (2005, p. 64) “Os grupos de pressão por eles organizados tem seu poder político concretizado na obtenção de

serviços e recursos especiais para grupo de deficientes, particularmente para deficientes mentais e deficientes auditivos”, contudo é valido lembrar que desde a LDB n. 4.024/61 já circunstanciava a atitude oficial explicita pela prioridade de educação do deficiente na rede de ensino regular. Jannuzi (2012,).

A partir de todas essas mudanças entende-se que o papel do professor de geografia na vida do aluno se tornou mais amplo e intenso, pois o educador necessita se enquadrar no sistema de educação inclusiva, buscando sempre propostas para o aprendizado de todos os seus alunos, não se esquecendo de nenhum estudante, claro, respeitando as diferenças, pois todos os educandos possuem capacidade de aprender, sendo necessário apenas o aprimoramento da didática proposta quantas vezes forem necessárias.

1.5. A importância do ensino e aprendizagem de Geografia para alunos com Síndrome de Down

A geografia, como ciência da sociedade e da natureza, e como disciplina escolar possui papel relevante desde as series iniciais de alfabetização, Pontuschka (2007, p.37) ressalta que a geografia “Como ciência humana, pesquisa o espaço produzido pelas sociedades humanas” assim, o considera como consequência “do movimento de uma sociedade em suas contradições e nas relações estabelecidas entre grupos sociais e a natureza em diversos tempos históricos”. Dessa forma, como disciplina contribui no enriquecimento dos conhecimentos sobre as diversas grandezas “da realidade social, natural e histórica”, compreendendo o processo de transformação mundial e seus aspectos sociais.

Dessa forma segundo Pontuschka (2007, p.38) as abordagens atuais da geografia no Brasil resultam de várias correntes do pensamento, desde a “escola de Vidal de La Blache até as contemporâneas”, também alguns se orientam por linhas do neopositivismo, correntes humanísticas, psicológicas, pela fenomenologia e ainda pelo materialismo histórico e dialético, possibilitando o professor atuar de diferentes maneiras e direções no ensino de geografia.

Esse amplo campo de estudos da Geografia passou e ainda passa por diversas indagações, desta vista apenas como um estudo da interferência do homem sobre o meio físico, no que denotou com o tempo a necessidade de se estudar mais a fundo o seu significado abstrato, do indivíduo influenciado pelo

convívio, relações sociais e culturais, tornando o homem um ser crítico a respeito do seu cotidiano e ao meio em que estar inserido na sociedade.

Então estudar geografia é de suma importância para compreendermos o mundo em que vivemos, entendendo as particularidades de cada local, criando um senso crítico e correlacionando lugares a outros, em diversas escalas. Compreendemos assim a relação do tempo, clima, vegetação, influência dos recursos minerais na economia, espacialidade, agricultura e estações do ano, que modificam nossas rotinas, compreender as transformações ocasionadas no espaço geográfico é necessário para se buscar melhorias de acordo com suas causas e consequências.

Para um ensino mais elaborado de geografia, Cavalcanti (2005) enfatiza que a geografia está ligada aos conhecimentos do mundo vivido, que contribuirá na formação de conceitos consideráveis na elaboração de valores e atitude para uma vida mais prática. Além do mais para o professor ensinar geografia não é uma tarefa fácil, pois cada indivíduo possui formas particulares de se relacionar com o espaço geográfico, entretanto, essas particularidades são essenciais para conhecer o mundo, o ambiente e a realidade ao qual se estar inserida.

Com isso os alunos com Síndrome de Down- SD, devido ao atraso intelectual, necessitam de um atendimento especializado, através do processo de ensino e aprendizagem, destacando o diálogo entre o professor e aluno, além de metodologias adequadas que os auxiliem, possuindo assim, papel relevante nas discussões e reflexões da sociedade, pois, a geografia não se baseia apenas em um estudo visível, mas também, invisível, analisando as influencias dos fatos, buscando entender as dinâmicas socioespaciais arrolados as experiências e vivências do sujeito.

O processo de ensino e aprendizagem numa perspectiva geográfica, para alunos com síndrome de Down, vai muito além de aplicação de conteúdo, autores como Callai (1996), Sacramento (2010), Andrade (2016), Cavalcanti (2012), entre outros, abordam suas diferentes formas de refletir e enfatizam as características sobre o processo de ensino e aprendizagem de geografia. Callai há muito tempo alertava

Não se trata apenas de ensinar os conteúdos de Estudos Sociais, mas de desenvolver conceitos que são importantes para a própria vida, que são constitutivos da própria vida. Eles devem ser propostos, exercitados para que a criança entenda o seu significado não em si mesmo, mas em sua dinâmica da vida da sociedade. (1996, p.99).

A preocupação com o ensino/aprendizagem do aluno para Castellar (1999) tomou significados, através de discussões e teorias de diversos estudiosos como Piaget, Vygostsky e Ausubel. Neste sentido, Castellar é enfática em ressaltar as dificuldades de ensino dos professores da educação básica, pois acaba “tendo como consequência o descaso com a formação desse profissional que é precária, resultado da baixa qualidade do sistema educacional” 1999, p. 49). Assim, durante bom tempo, e atualmente, ao professor foi atribuída à missão de transmitir a informação, e o aluno, de receber, entretanto agora, a tendência é a alteração da relação entre o docente e o conhecimento e entre este e a aprendizagem.

Ainda segundo Castellar (1999) esta relação ensino/aprendizagem entre professor e aluno traz uma série de benefícios no aprimoramento cognitivo do educando, pois na aprendizagem escolar o grande diferencial é a relação professor e alunos; entre quem ensina e o que ensina. Nesta perspectiva vem à procura em entender o processo de construção do conhecimento que interfira nessa relação, constatando que o aluno não é apenas um livro em branco e sim um ser dotado de conhecimentos prévios e particulares que trabalhados podem ser aflorados.

Então é necessário não somente passar o conhecimento acerca do fato para o aluno, contudo é saber relacionar à sua realidade, de que forma o afeta, fazendo o mesmo refletir e entender toda dinâmica envolta.

Nesta perspectiva Sacramento (2010, p. 05) também ressalta que “o papel atual da Geografia Escolar é fazer com que o aluno compreenda os fenômenos geográficos especializados em seu cotidiano, permitindo-lhe localizar-se e perceber tais transformações”. Propondo que o professor deve preparar a sala e criar métodos de aprendizagem, fazendo o aluno perceber e trazer aquele conhecimento para o cotidiano, desta forma a didática aplicada pelo docente num ambiente dialético, ou seja, em sala de aula se torna de suma relevância nas pesquisas ligadas à construção do saber na educação geográfica.

Sacramento (2010) evidência que a aula é então a concretização do ensino didático relacionada com o ensino e aprendizagem, pois dentro da educação geográfica ela destaca a relação dos conteúdos e conceitos na geografia e a relação com o ensino e a aprendizagem que auxilia na mediação dos saberes. Ainda ressalta que é necessário que haja uma inter-relação na didática escolar, sendo o professor, o aluno e a escola. A ação didática, não é uma receita pronta, ela é uma

construção constante na prática docente, pois busca uma aprendizagem mais significativa para o aluno.

A atuação do professor de geografia na construção do conhecimento é tão necessária que Cavalcanti (2012) traz sugestões de modo que o profissional de geografia possa se empenhar para trabalhar em sala de aula com seus alunos, abordando a importância do ensino de geografia para o jovem e como o professor de geografia deve postular-se de saberes específicos que se constituem na prática e articulam com a teoria.

Como educador, o docente deve procurar compreender (independente de fator clínico ou não) o que pode estar por trás das dificuldades que os alunos apresentam em sala de aula, desde os primeiros anos de escolarização da criança, devendo ser orientado a partir de suas potencialidades para desenvolvê-los como indivíduos. Neste sentido Muniz define:

a educação é um processo orientado ao desenvolvimento pleno da pessoa que estimula a expressão autêntica, franca e interessada do escolar dentro do qual este simultaneamente constrói conhecimento e se desenvolve em planos diversos como pessoa. (2013, p. 254).

São muitas implicações, para os docentes relacionados aos alunos com Síndrome de Down, sendo muitas as dúvidas sobre métodos para melhor desenvolvimento dos conteúdos geográficos e das práticas pedagógicas. De modo que o docente não deve ter medo de arriscar caso sua metodologia não surta efeito ao aluno, devendo sempre buscar novos métodos. Portanto, Andrade (2016) também reconhece o despreparo não só dos educadores, mas como da sociedade em geral, sugerindo que o profissional deve sempre estar “respeitando os diferentes ritmos de aprendizagem dos educandos para promover a inclusão” (p.129).

Cavalcanti (2012) enfatiza a importância do “saber geografia”, sendo este, o domínio da área de ensino; o “saber ensinar”, que vem a ser, o entendimento do processo de aprendizagem dos educandos e se posicionando diante delas; o “saber para quem ensinar”, conhecendo os seus alunos através de referenciais psicológicos, para refletir a respeito da subjetividade humana e sociológica, para entender os alunos como sujeitos sociais.

A autora também ressalta o “saber quem ensina” geografia, através de referências teóricas sobre a imagem do próprio professor; o “saber para quem ensinar geografia”, para que haja compreensão do papel dessa matéria escolar

específica, bem como sua contribuição social no conjunto da formação básica; e o “saber ensinar geografia” para sujeitos e contextos determinados, como os alunos com Síndrome de Down. Além disso, é necessário compreender a escola como instituição social, seu papel na atualidade, suas crises e suas dificuldades para elaboração de uma proposta mais eficiente.

Cavalcanti (2012) também ressalta a importância da atividade “construção coletiva do saber”, colocando o aluno como sujeito ativo do processo, através de aplicações que permitam construção de conhecimentos, resultados da interação do aluno com os projetos de conhecimentos. Ainda Cavalcanti (2012) concorda que é relevante o professor de geografia considerar a “cultura geográfica” dos alunos, pois na prática, estes já constroem conhecimentos geográficos, devendo sempre considerá-los, além de suas vivências cotidianas, para discussão e aplicação de um “saber geográfico mais sistematizado”.

Nesta perspectiva, o professor de geografia deve ser criativo, possuir autonomia e condições de trabalho para utilizar de diversos recursos de aprendizagem, destacando alguns como: uso de figuras, imagens, tecnologias assistidas, computadores, filmes, revistas em quadrinhos, recortes de jornais e revistas, excursões dentro ou fora do bairro, visitas em museus e parques ou até mesmo conhecendo o espaço escolar, buscando sempre inovar, colaborando assim no aprimoramento da visão socioconstrutivista pelo aluno com Síndrome de Down. Andrade (2016) ressalta que:

As alternativas encontradas para a realização da prática docente foram o caminho das expressões artísticas e da socialização, ou seja, buscava-se “incluir” os alunos deficientes nas aulas de Geografia com desenhos, saídas de campo, recortes e atividades em grupos. Assim, os alunos ditos “normais” sensibilizavam-se com os alunos deficientes e auxiliavam nas atividades propostas. (2016, p.136).

Assim, o desenvolvimento científico em Geografia do educando com Síndrome de Down, sucedem de conhecimentos dos conteúdos e observação, metodologias decorridas por categorias externas e internas, que de acordo com Batista e Fernandes (2015, p.280) devem ser “organizadas a partir das necessidades do sujeito enquanto ser subjetivo e ser social.” Exemplo disso são a família e a escola que influenciam significativamente no aprendizado do aluno, de forma que

As concepções de inclusão, aprendizagem e de Geografia dos educadores, terapeutas, pais e sociedade influenciam no aprender do educando, pois eles fazem escolhas conceituais e metodológicas que podem propiciar a construção dos conceitos científicos. (2015, p.280).

Neste propósito, Cavalcanti (2012), faz menção a formação e atuação do professor de geografia na escola, pois este deve ser mediador na relação ensino/aprendizagem do aluno com os conteúdos geográficos, devendo contribuir para o desenvolvimento intelectual, cognitivo, afetivo e social do aluno e para isso o professor deve continuamente buscar conhecimento, tornando-se sujeito ativo e crítico frente a novos desafios.

Andrade (2016) aborda que as práticas pedagógicas para incluir alunos com deficiência devem levar em consideração as vivências aplicadas a todos os alunos evidenciando que o espaço próximo que vive relacionado ao cotidiano permite ao aluno criar significados importantes no seu aprendizado; dessa forma, desconsiderar seu espaço real é desconhecer o aluno como pessoa.

Logo, Andrade (2016) aborda que essas práticas pedagógicas são essenciais para desenvolver o aprendizado dos alunos, estimulando a construção dos conceitos, dos limites e da identidade, pois “a Geografia oferece múltiplas dimensões da realidade social, natural e histórica” (p.133), assim depois de se alfabetizar geograficamente, o indivíduo aprende de acordo com suas precisões, pela sede de conhecimento, logo se tornará uma pessoa mais crítica sobre o mundo.

2. SÍNDROME DE DOWN E SUAS IMPLICAÇÕES INTELECTUAIS PARA A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO LUGAR

O capítulo traz opiniões distintas sobre o conceito geográfico de Lugar, na perspectiva de diversos autores como Cavalcanti (2005), Holzer (1999), Santos (2006), Carlos (2007) e Massey (2000). Buscando compreender os diferentes pontos de vista que o lugar é abordado dentro da Geografia. E compreendendo os limites de aprendizagem dos alunos com SD, destacam-se autores como Almeida (2012), Vygotsky (1991), Sacramento (2010), Tuan (1983) e Bissoto (2005) que trazem conhecimentos importantes sobre os indivíduos com síndrome de down, ou seja, com deficiência intelectual, dando assim, possibilitando assim, no desenvolvimento de métodos que auxiliem no processo de aprendizagem dos alunos com SD.

2.1. Uma discussão geográfica sobre o conceito de Lugar

O ensino de Geografia é uma área que vem ganhando espaço e importância no Brasil, com uma série de pesquisas sendo desenvolvidas que de acordo com (CAVALCANTI, 2005) o professor deve ensinar, de modo que permita ao aluno descobrir o mundo em que vivemos, enfocando questões que fazem o aluno refletir sobre a realidade, torna-o mais crítico, instigando ao pensamento dialético, que é um pensar em movimento e por contradições. Para Cavalcanti (2005, p.11) é relevante pensar “o papel e a importância da Geografia para a vida dos alunos”, como ponto inicial para construção de conhecimentos geográficos.

Segundo Cavalcanti (2005) Os conceitos geográficos como: de paisagem, região, território e lugar são fundamentais para um raciocínio espacial e adquirem importância no ensino, na medida em que podem ser tomados como referência para a estruturação dos conteúdos a serem trabalhados na educação básica, o professor deve propiciar condições para que o aluno possa formar ele mesmo um conceito.

O Lugar é um termo com definições distintas dentro das diversas linhas da Geografia, Santos (2006, p.90) enfatiza que “a palavra lugar é, como outras do vocabulário geográfico, preta de ambiguidades, já que a região é, também, um lugar e a própria expressão região serve para designar extensões diferentes.” Desse modo a palavra lugar abarca uma gama de possibilidades dentro da Geografia.

De acordo com Santos (2006) o estudo do lugar é necessário, pois abarca uma interligação imperativa para a aprendizagem do processo histórico de um espaço, assim como declara (SANTOS, 2006, p. 35) “A cada Lugar geográfico concreto corresponde, em cada momento, um conjunto de técnicas e de instrumentos de trabalho, resultado de uma combinação específica que também é historicamente determinada”.

Segundo Cavalcanti (2005), as discussões sobre lugar podem abranger três linhas, buscando superar a ideia de uma simples localização espacial absoluta, de modo que numa perspectiva Humanista, de acordo com Holzer (1999) o lugar estaria vinculado a uma análise compreensiva, articulando-se a partir da relação frente ao espaço geográfico, ou seja, é espaço percebido pelas relações humanas, bem como de sentimentos e ideias sobre o espaço e lugar.

Na concepção histórico-dialética, Cavalcanti (2005) define que o processo de globalização considera mudanças no lugar através do método de homogeneização de esferas da vida social e distinções sociais, o lugar atravessaria as transformações ocasionadas pela globalização, tornando-se o lugar da materialidade, manifestando a identidade, o coletivo e o subjetivo.

Cavalcanti (2005) ainda aborda o lugar na perspectiva do pensamento pós-moderno, enfatizando um confronto entre a dialética e o pós-moderno no que diz respeito à totalidade, o lugar na perspectiva pós-moderna não poderia ser explicado pela sua relação com o todo, pois o todo sumiria e abriria espaço ao micro, ao fragmentando, ao individual, ou seja, o lugar, dessa forma a totalidade seria a soma desses fragmentos.

Santos (2006) observa a importância do lugar na formação da consciência, relacionando-se ao cotidiano, que vem da junção inseparáveis de três ordens: técnica, jurídica e simbólica, esta última força de transformação e mudança está na afetividade, nos modelos de significação e representação. Ação e objeto igualmente definem o valor do espaço. Assim, contextualizar o próprio espaço focalizando as interações entre sujeitos e o espaço em que ele vive e, entre o espaço e suas manifestações decorrentes da ação humana, relacionado ao próprio mundo vivido e que preconize a indissociabilidade entre sujeito, espaço vivido e a própria vida em toda sua complexidade, devem refletir relações estabelecidas de maneira direta ou indireta entre a escola e a sociedade.

Cavalcanti (2005, p. 89) também define o Lugar como “o espaço que se torna familiar ao indivíduo, é o espaço do vivido, do experienciado”, dessa forma a tarefa do geógrafo seria de saber como um espaço pode ser tornar um lugar, abordando que o espaço é algo mais abstrato, sendo que à medida que se torna mais íntimo, damos a ele valor, o lugar então é a pausa que damos no espaço, tornando possível que o local se modifique em lugar. Assim, vários fatores influenciam na transformação do lugar.

Dessa maneira para Santos (2006, p.38) o lugar pode ser modificado através dos “fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais”, que se fixam no lugar, ocasionando mudanças no próprio lugar, assim, fixos e fluxos, expressam a realidade geográfica.

Além disso, através do estudo do lugar é possível definir o tempo (idade) de um determinado local por meio de critérios da geomorfologia e da materialidade artificial, por intermédio das técnicas, que segundo Santos (2006) são “de produção, do transporte, da comunicação, do dinheiro, do controle, da política e, também, técnicas da sociabilidade e da subjetividade. As técnicas são um fenômeno histórico”, pois cada técnica possui histórias particulares em cada lugar e os lugares definem as técnicas, ressalta, pois que as técnicas contribuem para construção do lugar ou da rede de lugares.

Santos (2006) também enfatiza a universalidade das técnicas, ou seja, objetos criados que não se restringem ao lugar da criação, estudo desenvolvido por Leroi-Gourhan (1945), reconheceu familiaridades entre utensílios fundamentais que se difundiram e se reproduziram, percebendo então as relações que existem entre os lugares, dado por meio dos processos produtivos e fatores internos e externos, “sobretudo nos países subdesenvolvidos, onde a história da produção é intimamente ligada à criação, nos países do centro, de novas formas de produzir” (SANTOS, 2006. P.37). Dessa forma é o lugar que imputa às técnicas o início do fato histórico.

Os lugares segundo Santos podem ser determinados pelos impactos que recebem, logo, a totalidade (especialização) se cumpre por impactos seletivos, se tornando realidade ou não, através dos níveis das formas e do conteúdo. A transformação do todo ocorre por meio de variáveis no espaço, ocasionando a “diferenciação entre lugares, produzindo combinações específicas em que as variáveis do todo se encontram de forma particular” (SANTOS 2006. p.81).

Destacando

Assim, os lugares reproduzem o País e o Mundo segundo uma ordem. É essa ordem unitária que cria a diversidade, pois as determinações do todo se dão de forma diferente, quantitativa e qualitativamente, para cada lugar. Trata-se de uma evolução diacrônica, consagrando mudanças não homólogas do valor relativo de cada variável. O desenvolvimento desigual e combinado é, pois, uma ordem, cuja inteligência é apenas possível mediante o processo de totalização, isto é, o processo de transformação de uma totalidade em outra totalidade (SANTOS, 2006, p. 81).

De modo que o espaço vive em constante movimento, através da entrada e saída de vetores em determinado lugar, formando de forma diferente e ajustado a sua particularidade. Pois os lugares assim estabelecidos começam a dar condições a oportuna divisão do trabalho, sendo-lhe, ao mesmo tempo, um resultado e uma condição, senão um fator, na verdade a divisão do trabalho é a carregadora das energias de modificação, levando-se em conta fatores não técnicos e não técnico e econômicos, de modo que a função é crescentemente significativa na produção dos desempenhos.

Santos (2006) destaca a peculiaridade do tempo, “Em cada lugar, pois, o tempo atual se defronta com o tempo passado, cristalizado em formas” (p. 92) Os trabalhos ocorridos anteriormente permitem evidenciar as formas herdadas no momento da produção, assim, “As rugosidades, vistas individualmente ou nos seus padrões, revelam combinações que eram as únicas possíveis em um tempo e lugar dados”. (p. 92)

Para Santos (2006) fatores como o evento influenciam o lugar, (embora existas várias definições para o termo), podendo ser o causador de possibilidades existentes numa construção social, ou seja, numa nação, ou numa região, ou num lugar, considerados esse país, região, lugar como um conjunto restringido e mais concentrado que o mundo, ou seja, “o lugar é o depositário final, obrigatório, do evento”(SANTOS, 2006, p.96), que por sua vez para o mesmo autor é “um instante do tempo dando-se em um ponto do espaço” (2006, p.96). Assim a história do lugar se realiza na prática cotidiana, através de vínculo entre o de fora e o de dentro pela dimensão do tempo. Sobre o mundo e o lugar Carlos declara:

O lugar é à base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante - identidade - lugar. A cidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Este plano é aquele do local. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no secundário, no

acidental. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo.(2007 p.14).

De acordo com Carlos é através do corpo (dos modos de uso) que o homem vive e se ajusta ao espaço na análise do vivido. De modo que não se considera a metrópole lugar, pois somente é vivido parcialmente, assim o bairro é considerado lugar por ser o espaço das relações cotidianas que vai receber significado pelo seu uso, ou seja, os lugares estes habitados pelo homem dentro da cidade.

as relações de vizinhança o ir as compras, o caminhar, o encontro dos conhecidos, o jogo de bola, as brincadeiras, o percurso reconhecido de uma prática vivida /reconhecida em pequenos atos corriqueiros, e aparentemente sem sentido que criam laços profundos de identidade, habitante-habitante, habitante-lugar. (CARLOS, 2007, p.15).

Nesta perspectiva Massey (2000) ressalta que o lugar não é estático, pois “podem ser conceituados em termos das interações sociais que agrupam, então, essas interações em si mesmas não são coisas inertes, congeladas no tempo: elas são processos” (p.184). O lugar também não possui obrigatoriedade de divisões demarcatórias, pois sua ligação se dá pela particularidade da ligação com o exterior, constituindo o lugar. O lugar não tem analogia individual, pois estão carregados de conflitos internos sobre o seu passado, o seu desenvolvimento e o seu futuro.

O lugar também pode ser visto como algo abstrato, dotado de sentidos, neste sentido Tuan (1983), afirma que “o espaço se transforma em lugar à medida que adquire definição e significados” (p. 151), estas definições são surgidas através de acontecimentos marcantes, assim Tuan destaca

em sua maior parte fugazes e pouco dramáticas, repensadas dia após dia e através dos anos. É uma mistura singular de vistas, sons e cheiros, uma harmonia ímpar de ritmos naturais e artificiais, como a hora do sol nascer e se pôr, de trabalhar e brincar. (p. 203)

Além de tudo isso, vivemos hoje a era das redes que segundo Carlos (2007) dá a ideia de que as vias de transportes e de comunicação mudam de forma radical o contorno terrestre criando a aparência de perda territorial, contribuindo assim para a anulação do tempo e distância entre lugares, articulando lugares através das redes de elevada densidade de trocas de informações.

Portanto, o lugar é o ponto inicial dos estudos da Geografia, podendo ser um lugar de convívio, guerras e conflitos, é no lugar que o evento acontece e o modificará de forma positiva ou negativa, de tal modo cada lugar possui sua história

definidos através do tempo. Dessa forma através do estudo do lugar que o aluno passa a entender suas influências e relacioná-los a outros lugares do mundo.

2.2. As limitações de aprendizagem dos alunos com Síndrome de Down para a construção do conceito lugar

A Síndrome de Down é considerada uma deficiência de desenvolvimento, Almeida (2012, p.58) explica “que deficiência de desenvolvimento é um termo abrangente que inclui a deficiência intelectual bem como as deficiências físicas”, o mesmo autor enfatiza que “algumas pessoas têm deficiência física e intelectual resultantes de outras causas genéticas ou físicas”, (2012, p.58) de modo que a Síndrome de Down é o resultado de desordens cromossômicas. Então dentro da deficiência de desenvolvimento, está inserida a deficiência mental, intelectual e física. Sobre esta deficiência Almeida declara

a deficiência de desenvolvimento é definida como uma deficiência grave e crônica que pode ser cognitiva, física, ou ambas. A deficiência aparece antes da idade de 22 anos com possibilidade de permanecer ao longo da vida. (2012, p.58).

A deficiência intelectual relaciona-se ao pensamento processual, ou seja, a parte cognitiva, sendo muitas vezes seus resultados apurados por testes de QI – Quociente de Inteligência, o que é um erro. Para Almeida (2012) a ferramenta é importante para medir “a capacidade mental para o aprendizado, raciocínio, resolução de problemas, e assim por diante” (p.59). Além de outros testes para verificar as habilidades conceituais, sociais e práticas. Almeida salienta que na definição e avaliação

os profissionais devem considerar fatores como: ambiente cultural e da comunidade típicos dos pares do indivíduo, diversidade linguística, diferenças culturais na forma como as pessoas se comunicam entre si, se movimentam e se comportam. (2012, p.59).

Segundo Voivodic (2008) a criança com SD mostra um atraso expressivo no o desenvolvimento motor, ocasionado pela presença de hipotonia muscular afetará o sentar, andar e ficar em pé, de forma lenta só acontece bem mais tarde em relação a uma criança dita normal, de modo que interferirá em outros aspectos, pois muitas vezes ela é deixada de lado. Nesse sentido, Gonçalves (2012) destaca que as dificuldades no aprendizado dos indivíduos com síndrome de down estão

relacionados à deficiência intelectual que ocasiona prejuízos no funcionamento cognitivo quanto no adaptativo, por isso as propostas de ensino “tem um enfoque mais social do que médico e, por isso mais inclusivo”. Gonçalves (2012, p 65).

Lidar com alunos com Síndrome de Down em sala de aula pode ser um tanto desafiador para os docentes, contudo o profissional deve lembrar que todos os indivíduos possuem capacidade de aprendizado e o professor possui autonomia em sala de aula para trabalhar suas distintas potencialidades. Assim percebendo quais são as necessidades dos alunos, analisam possibilidades do processo de ensino e aprendizagem no cotidiano escolar, pois o “professor é um profissional em formação constante” como declara Cavalcanti (2012, p.18). Nesta perspectiva Gonçalves também afirma

O continente em que o indivíduo se encontra inserido revela dados significativos e seletivos na sua organização: portanto, cabe ao profissional observar o histórico pessoal do aluno (deficiência motora e sensoriais associadas, linguagem e bagagem sociocultural), evitando conduzir a investigação para considerações que evidenciem resultados incorretos, diante da limitação de desempenho do aluno com deficiência intelectual. (2012, p. 65).

Neste contexto Sacramento, ressalta que pensar o processo de ensino e aprendizagem do aluno com Síndrome de Down de forma individual e particular é necessária para um melhor desenvolvimento na compreensão dos conteúdos geográficos pelo aluno. Destaca ainda que o professor necessite ter a relação com o conteúdo e conceitos geográficos que lhe permitirão conduzir a aula, bem como a relação com o ensino/aprendizagem para igualmente

intervir e mediar saberes que desenvolvam competências, habilidades e um conhecimento escolar que contribuirá para que o aluno conduza sua vida sem alienação, tendo ciência dos processos, fatos e fenômenos que acontecem em seu cotidiano. (2010, p.7-8).

Vygotsky (1991) igualmente traz Contribuições para o processo de aprendizagem do indivíduo, afirmando que ninguém vive isolado no mundo, pois o sujeito precisa de interação com outros sujeitos ou agentes educativos, de forma que necessite interagir, partilhar e trocar informações constantemente. Desse modo a comunicação ou a linguagem contribuem significativamente, em conjunto com trocas entre sujeitos, potencializando as qualidades do indivíduo.

Para Vygotsky (1991) é importante considerar o que a criança estar aprendendo e a relação deste com o mundo contemporâneo, Vygotsky (1991) destaca a ZDP- Zona de Desenvolvimento Proximal como a mais importante,

pois é a alvo onde se pretende chegar, pois parte do ponto onde estou ao ponto onde se quer chegar, buscando sempre melhorias, ou seja, o que o indivíduo é e o que ele pode se tornar a ser, assim a ZDP

A zona de desenvolvimento proximal define aquelas funções que ainda não amadureceram, mas que estão em processo de maturação, funções que amadurecerão, mas que estão presentemente em estado embrionário (1991, p.58).

Os pontos chaves para a aprendizagem segundo Vygotsky (1991) estar focada na interação do aluno com o mundo que o cerca; na mediação do professor com o agente que vai mediado os conteúdos entre os sujeitos que estão interagindo; a internacionalização que o aluno possui dos conhecimentos que foram interagidos para assim construir uma relação com o mundo e sua ZDP, que vai deste o sujeito estar aonde ele quer chegar, ou seja, sua melhor versão, dessa maneira para que haja uma ação deve haver uma interação com outros agentes, de modo que o indivíduo adquire conhecimentos a partir das relações interpessoais, com a sociedade ou com o mundo que o cerca.

Vygotsky (1991) enfatiza então que a atual zona proximal do sujeito, amanhã se tornará sua zona de desenvolvimento real, de modo que o que se faz hoje com auxílio de alguém, amanhã poderão resolver sozinhos. Assim O professor deve contribuir como facilitador ou mediador no processo de aprendizagem da criança, levando aluno desenvolver sua ZDP.

A linguagem falada é vista como uma das maneiras mais primitivas de socialização da humanidade, sendo um dos maiores desafios dos indivíduos com SD, Bissoto(2005), aborda o processo de aprendizagem do indivíduo com síndrome de down e traz características e propostas que deverão ser tomadas no ambiente escolar para o desenvolvimento cognitivo e linguístico da criança.

Bissoto (2005) ressalta que no início dos seus primeiros anos de vida, a criança com SD atravessa por dificuldade na fala, o que implica em uma linguagem, mas reduzida, assim percebem mais o que é falado, possuindo problemas no modo de se expressar, essas alterações poderão afetar o desenvolvimento de outras habilidades cognitivas. Estudos demonstram que as crianças com SD apresentam memória de curto prazo, de forma que as instruções ao aluno com SD devem ser acompanhadas por gestos ou figuras referentes às instruções apresentadas. Bissoto defende o uso de atividades direcionadas a memória visual, pois

por apresentarem habilidades de processamento e de memória visual mais desenvolvidas do que aquelas referentes às capacidades de processamento e memória auditivas, as crianças portadoras de Síndrome de Down se beneficiarão de recursos de ensino que utilizem suporte visual para trabalhar as informações. (2005, p. 82).

Assim a criança com SD em sala de aula será um aluno que irá compreender mais e expressar poucas palavras. Em função disso esse processo interferirá tanto na leitura como na escrita. Bissoto ainda defende que

É imprescindível que às crianças portadoras de Síndrome de Down seja dada toda a oportunidade de mostrar que compreendem o que lhes foi dito/ensinado mesmo que isso seja feito através de respostas motoras como apontar e gesticular, se ela não for capaz de fazê-lo exclusivamente de forma oralizada. (2005, p. 82-83)

Outra dificuldade identificada através de estudos realizados por Bower e Hayes, as pessoas com síndrome de down, segundo Bissoto (2005) está relacionado aos déficits na memória auditiva de curto-prazo, o que também logo afeta no desenvolvimento da linguagem expressiva e receptiva da pessoa com SD, de modo que o estudo é de grande proveito na área de escolarização dos alunos com síndrome de down.

Gonçalves (2012) destaca que tendo ciência das mudanças no processo de escolarização dos sujeitos com SD, o profissional poderá dar assistência de maneira preventiva, colaborando com informações proveitosas para a equipe escolar envolvida, não devendo limitar o aprendizado de alunos com SD por causa de suas características biológicas, pois o meio no qual está inserido influencia de forma significativa no desenvolvimento do aluno com síndrome de down, através de uma educação informal. Neste sentido Voivodic destaca

A família se constitui o primeiro grupo social da criança, e é através do relacionamento familiar que a criança viverá a primeira inserção no mundo. É no seio da família que a criança terá suas primeiras experiências, sendo, portanto está a unidade básica de crescimento do ser humano e sua matriz de aprendizagem (2008, p. 48).

Nesta conjuntura, o docente deve estar atento a mecanismos fundamentais que precisam ser analisados em relação à educação de crianças com deficiências como as com síndrome de down, no ambiente escolar as atividades precisam ser focadas em coisas concretas, que devem ser manuseadas pelos alunos; as situações do cotidiano ou de conhecimento do aluno devem ser adquiridas no

recinto próprio do aluno; devem-se evitar situações que possam causar estresse ou venham a serem impactantes deve ser evitada, a criança deve ser respeitada em todos os aspectos de sua personalidade e a família da criança deve ser primordial na participação do processo intelectual.

3. A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO LUGAR POR UMA ALUNA COM SÍNDROME DE DOWN

Neste capítulo é apresentada e discutida a metodologia de ensino desenvolvida com uma educanda com SD na sala de recursos da EMEF Salomé Carvalho, para posterior análise da compreensão do conceito geográfico de lugar construído pela aluna.

3.1. Metodologia do ensino

Durante o período de 08 a 23 de novembro de 2018, foi realizada a observação em sala de aula, na EMEF Salomé Carvalho, da aluna Letícia⁴, estudante do 7º ano da escola EMEF Salomé Carvalho. Durante a observação verificou-se que a aluna, com idade de 19 anos, tem características visíveis da síndrome de down e baixa estatura, meiga, carinhosa, calma e prestativa, além de ser bastante comunicativa, mesmo tendo dificuldades com a dicção. A estudante com síndrome de down estuda em sala inclusiva e utiliza a sala de recursos da escola, frequenta a APAE, além de contar com o apoio e interesse da família para o seu desenvolvimento cognitivo.

Além da inclusão em sala de aula, a escola possui uma sala de AEE- Sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado, a qual vários estudantes com diversas deficiências usufruem do espaço, ou seja, o que o aluno não conseguiu apreender em sala de aula, recebem atendimento especializado que através de metodologias pedagógicas elaboradas e trabalhadas na sala de recurso, considera as necessidades dos alunos, dando acessibilidade e possibilitando eliminar barreiras na aprendizagem dos alunos.

Devido ao tempo de convívio com a aluna, os profissionais passaram aos poucos entender o que Letícia expressa, o que melhorou o diálogo entre docentes e aluna, embora existam dificuldades na fala, a aluna entende o que ouve, porém possui dificuldade na leitura e na escrita, ainda não relaciona o alfabeto as suas letras, nem as cores aos nomes, somente referindo-se a cor ao objeto apontado.

⁴ Nome Fictício

Além de não saber ler e nem escrever, a aluna possui autismo em grau baixo, o que dificulta ainda mais o aprendizado de Letícia. De modo que existe uma gama de métodos de ensino e aprendizagem, os profissionais devem procurar mecanismos para desenvolver aprendizados, pois todos possuem capacidade de desenvolvimento. Desse modo a aluna vai subindo de séries através de atividades que se enquadrem a sua deficiência, nas atividades Letícia recebe acompanhamento de Mary, uma monitora (estagiária). De acordo com a Mary, as atividades desenvolvidas pela aluna são de categoria de educação infantil, com pinturas e cobrir, ligar os pontos.

A família da estudante é bastante participativa no aprendizado da aluna, pois buscam incluí-la sempre em atividades importantes para o seu desenvolvimento. A aluna frequenta a APAE, além de receber acompanhamento de fonoaudiólogo para melhoria da dicção.

Logo, após observação em sala de aula e sala de recursos, além de diálogos com profissionais e entrevista com a monitora da estudante, foi elaborada uma proposta de atividade direcionada a aluna, destacando o seu cotidiano vivido. Tal proposta foi desenvolvida com a aluna para a construção do conceito de lugar.

Antes do desenvolvimento da atividade, procurando compreender como a aluna com síndrome de down constrói o conceito geográfico de lugar, ocorreu uma explicação do tema proposto: O que é o lugar? Buscando os conhecimentos prévios que a aluna possui.

Nesta conjuntura buscando compreender como a aluna com síndrome de down constrói o conceito de lugar, foi desenvolvida uma atividade voltada para a aluna através do uso de imagens dos lugares do cotidiano da aluna, que ocorreu da seguinte forma:

- 1) Colar em cartolina as imagens que representam os lugares do cotidiano. Assim foram exibidas várias imagens, no qual a aluna selecionou e colou as imagens dos seus lugares de convívio.
- 2) Colar em cartolina as imagens que representam os lugares dotados de sentimentos: Assim foram exibidas várias imagens, no qual a aluna selecionou e colou as imagens dos lugares ao qual possui algum tipo de sentimento (representados por emojis). Através dessa atividade foi possível compreender também os lugares de pertencimento da aluna com síndrome de down.

- 3) Logo em seguida a aluna fez uma relação entre seus lugares de pertencimento, o que cada um possui de diferente e de igual entre eles.
- 4) Para entender como a aluna compreende a influência do tempo no lugar, foram apresentadas imagens antigas e recentes de uma praça do núcleo Marabá Pioneira, a Praça Duque de Caxias, lugar que aluna gosta de utilizar para descanso e merendar, quando ela e sua mãe vão fazer compras, de forma que a aluna evidencia-se as transformações ocasionadas no lugar.

A intenção da atividade foi despertar o interesse da aluna pela geografia, podendo destacar os processos de formação e de mudanças no lugar, através do uso de imagens do seu dia a dia, desenvolver uma noção sobre lugares de vivência e de pertencimento, buscando auxiliar à aluna com Síndrome de down na construção do conceito de lugar, através do uso de imagens, de forma que a aluna recebeu a proposta de atividade com bastante entusiasmo, dialogando bastante sobre os lugares nas imagens.

3.2. Resultados

O estudo de geografia se inicia do conhecimento do local, do individual, ou seja, do lugar, este dotados de interesses, conflitos e influências, de modo que o lugar tem importância para toda a humanidade e buscando compreender como uma aluna com síndrome de down constrói, foi desenvolvida uma atividade através de uso de imagens, pois, os indivíduos com a síndrome de down possuem “habilidades de processamento e de memória visual mais desenvolvida do que aquelas referentes às capacidades de processamento e memória auditivas” Bissoto (2005, p.820). Dessa maneira, tendo como fundamento o processo de ensino aprendizagem do aluno e compreendendo que cada um possui suas particularidades ao ato de aprender, o docente necessita voltar à atenção as transformações no ensino, enfim, estar preparados ou buscar preparação pra ser mediador na construção de conhecimento de todos os alunos.

Assim antes da atividade foi necessário ter uma noção prévia da compreensão do conceito de lugar que a aluna com síndrome de down construiu ao logo de sua existência ocorreu uma explicação do tema proposto: O que é o lugar? De maneira que ao ser indagada a aluna disse que não sabia, logo em foi explicado

que existem lugares vários lugares, e estes podem ou não possuir significado para o indivíduo.

Após a explicação e conversas sobre os lugares de preferência de Letícia e qual era a serventia desses lugares em seu cotidiano, a aluna se referiu a APAE como lugar de qual ela gosta de conviver. Logo foram perguntados os motivos de se gostar tanto da APAE? A estudante com SD mencionou as amigadas, o convívio, as brincadeiras, a sala de informática e a dança de balé.

Foi assim realizada uma atividade de forma didática, o qual foi utilizado o uso de imagens do cotidiano da aluna, partindo da ideia de que a aprendizagem se constrói quando o aluno conhece ou vive a realidade mencionada, para ampliar o conceito de forma na didática ocorreu da seguinte forma:

Foram utilizados os seguintes recursos didáticos para a atividade: quadro branco; pincel; cartolina, fita adesiva, imagens de lugares da cidade retiradas do Google, tesoura, cola e imagens de emojis; feliz, triste, bravo e apaixonado.

Para o desenvolvimento da atividade sobre os lugares do cotidiano, foram exibidas várias imagens no qual a aluna selecionou e colou as imagens na cartolina representando os seus lugares de convívio (Figura 1). Dessa maneira, a aluna colou imagens do shopping da cidade de Marabá-PA, da fachada da escola onde estuda, da APAE bem como da quadra de esportes da mesma, da orla da cidade, do supermercado colinas, da praça da criança e do centro de convenções de Marabá.

Dessa maneira foi utilizado o dialogo como ferramenta de aprendizagem e ensino, através disso foram selecionadas fotografias para desenvolvimento e atividade focadas na intencionalidade.

Figura 2 - **Atividade Lugares do Cotidiano**



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Em outra cartolina representada por carinhas de emojis; feliz, triste, bravo e apaixonado, Letícia colou as imagens que representam seus lugares dotados de sentimentos. Sendo assim, Letícia, colou a imagem da escola EMEF Salomé Carvalho e da APAE no rostinho feliz, colou também o shopping da cidade de Marabá, a praça da folha quinze e o supermercado Colinas no rostinho apaixonado; o rostinho triste e bravo ficou em branco. (Figura 2).

Figura 3 - **Atividade Lugares de Pertencimento**



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Nesta perspectiva é possível perceber que a aluna, possui sentimentos pelos lugares representados pelos emojis, pois está se sente feliz no lugar representado pela escola e pela APAE, foi perguntando o motivo pelo rostinho feliz, a aluna ressaltou a amizade que tem nesses lugares. A aluna demonstrou mais emoção aos lugares representados pelo shopping da cidade, pelo supermercado colinas e pela pracinha próxima da escola de Letícia, da mesma forma foi perguntado o motivo do rostinho apaixonado, a aluna ressaltou que a praça é um lugar bonito e romântico, no shopping ela gosta do cinema e de comprar e o colinas é onde ela faz compras diariamente, Letícia gosta tanto do supermercado que foi a primeira imagem a ser identificada de forma rápida pela aluna.

Através dessa atividade foi possível compreender também os lugares de pertencimento destacado por Tuan (1983), foi perguntado qual desses lugares ela gostava mais, Letícia exibiu a imagem do supermercado Colinas, assim percebe-se que pelo fato do supermercado representar algo corriqueiro na vida da aluna com síndrome de down, o lugar passou a ser dotado de sentimentos e significados por Letícia, ou seja, o seu principal lugar de pertencimento, sobre isso Tuan considera que a “importância dos acontecimentos na vida de qualquer pessoa está mais diretamente relacionada com a sua intensidade do que com a sua extensão” (p.203).

Ao perguntar a aluna sobre o que cada um desses lugares possui de diferente, olhando as imagens a aluna disse que na APAE tem piscina, aula de informática, amigos, brincadeiras e dança, já na escola tem aula, lápis, tarefa; no shopping tem roupa, no supermercado tem compras de comida, na praça tem bancos, o centro de convenções tem filme, a praia do tucunaré tem sol e cadeira; e a praça da criança tem o foguetinho e bancos. Desde modo percebe-se que a aluna sabe fazer associações aos lugares relacionando as suas utilidades necessárias.

Quando foi indagado em que direção ficavam esses lugares, embora tivesse dificuldade de explicar o endereço, indicava com as mãos a localização. Levando a entender que a aluna possua noção de direção dos lugares por ela vividos.

E ressaltando a idade do lugar destacada por Santos (2006) para entender como a aluna compreende a influência do tempo no lugar, foram apresentadas imagens antigas e recentes da Praça Duque de Caxias no núcleo Marabá Pioneira, de forma que a aluna se evidencia as transformações ocasionadas no lugar.

Figura 4- Influência do tempo no lugar



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018

A aluna observou as imagens fixamente e embora a imagem antiga estivesse em preto e branco, pessoas vestidas com trajes da época e a recente

colorida, a aluna disse que não vinha semelhança, pois a foto recente era outro lugar da foto antiga. Então foi perguntado o que ela via na imagem antiga que também tinha na imagem recente? Logo, apontando com o dedo ela identificou uma casinha e os mastros onde se colocam as bandeiras. Desde modo percebe-se que aluna conseguiu identificar as transformações ocorridas no lugar, através de objetos antigos, reformados, que não mudaram seus contornos, ou seja, mantiveram suas formas antigas predominantes no lugar.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do lugar é o ponto inicial para conhecimentos geográficos, dentro da sala de aula o professor deve auxiliar o aluno a aflorar suas ideias, dentro então de um ambiente inclusivo, o docente necessitará aprimorar sua relação com o aluno de modo que venha conhecer mais fundo sua realidade e suas dificuldades, buscando auxiliá-lo da melhor forma possível, visto que existem diversas maneiras de se aprender.

Desse modo, devido ao acompanhamento da monitora, utilização da sala de recurso da escola , juntamente com o auxílio de profissionais qualificados da APAE, onde Letícia frequenta e principalmente o apoio e dedicação da família na inclusão de Letícia na escola só contribuem para a melhoria no desenvolvimento cognitivo, favorecendo o aprendizado, além de colaborar na interação social da aluna, ou seja, dessa forma percebe-se que a aluna com síndrome de down recebe um apoio completo de modo que não fosse o interesse e dedicação da família, provavelmente Letícia não teria avançando em seu cognitivo, motricidade e interação social.

Neste ponto de vista, a família segundo Voivodic (2008) entra como educação informal, mas extremamente necessária, pois não é possível conhecer a realidade e dificuldade do aluno com SD se os membros da prole não incluírem seus filhos nas escolas e em instituições de apoio, talvez o desenvolvimento de uma criança deficiente seja mais lento, porém a gratificação de ver a criança evoluir em seu cognitivo e motricidade não tem preço. De modo que a junção; família, escola e apoio psicomotor da criança trarão grandes benefícios no seu desenvolvimento.

Nesta perspectiva de educação inclusiva, a pesquisa realça também que a relação do profissional em educação com aluno com síndrome de down deve ser constantemente didática evitando deixá-lo de lado em sala de aula, buscando inovar sempre em métodos de ensino e aprendizagem. Embora exista certo grau de lesões no sistema nervoso das pessoas com SD e seu processo de desenvolvimento ser um pouco mais lento, se este for inserido em ambiente inclusivo, de desenvolvimento, que trabalhem suas dificuldades na motricidade, na linguagem e na autonomia, aperfeiçoaria consideravelmente o seu aprendizado. Igualmente, é conhecendo a realidade cotidiana do aluno e suas necessidades de aprendizagem,

que se poderá elaborar métodos de melhor entendimento do conteúdo e construção de conceitos.

Dessa forma através pesquisa foi possível, compreender o ensino de Geografia e a Inclusão de Alunos com Síndrome de Down na Educação Básica, de modo que inclusão de alunos com deficiências nas escolas regulares no Brasil juntamente com a inserção de salas de AEE, contribuíram no gradativamente no processo de aprendizado e inserção destes alunos nas unidades de ensino, preparando a classe docente para recebê-los. Na visão da Geografia como disciplina, o aluno possui uma gama de possibilidade, pois a ciência geográfica aflora o pensamento crítico do indivíduo, contribuindo para um novo olhar sobre o mundo no aluno, deste modo o docente deve fazer valer a opinião do aluno e a sua realidade, mediando este, através de métodos de ensino de geografia, apropriados a sua especificidade, assim o aluno desenvolve um bom aprendizado.

Desse modo também foi possível entender a Síndrome de Down e suas implicações intelectuais para a construção do conceito de Lugar. Sabendo que a síndrome de down é uma deficiência de desenvolvimento que afeta de forma física e cognitiva o indivíduo, porém o principal empecilho para um aprendizado considerado “normal” é a deficiência intelectual que estar inserida dentro da deficiência de desenvolvimento, de modo que estes, segundo (Bissoto 2005) possuem dificuldades no processamento de informações e memória auditiva de curto-prazo, além de dificuldade na fala e de socialização, contudo descobrindo suas potencialidades no processamento de memória visual, foi possível desenvolver uma atividade de forma satisfatória na compreensão do conceito geográfico de lugar da aluna com a síndrome de down.

Analisando o processo de construção do conceito de lugar pela aluna com síndrome de down através de métodos de ensino e aprendizagem de Geografia, com a utilização de emojis e colagem de imagens em cartazes dos lugares de convívio pela aluna, e através do dialogo como ferramenta, foi possível compreender através dos lugares do cotidiano da aluna com síndrome de down, a importância do lugar de vivência por ela, percebendo que o conceito de lugar construído por ela, estar relacionado a lugares dotados de sentimentos e afetos, destacados por Tuan (1983), estes construídos pelas experiências e convívio da aluna com o lugar, de forma que esta sabe relacionar cada lugar a necessidade do seu cotidiano.

Com este estudo se alcança o objetivo de analisar a construção do conceito de lugar por uma aluna com síndrome de down, auxiliada por métodos de ensino e aprendizagem na geografia, de modo a atividade foi bem recebida e desenvolvida pela aluna satisfatoriamente, compreendendo assim, a visão do lugar pela aluna representada pelo seu cotidiano.

Com este estudo é importante frisar que a atividade com a aluna ocorreu de forma particular e individual, através da observação e do diálogo foi possível pensar numa proposta de ensino para o desenvolvimento da aluna, desse modo entendendo que é algo desafiador o desenvolvimento de trabalhos como este para o docente que possui uma turma grande e diversa, porém esta proposta de ensino, utilizando cartazes com imagens visuais, pode ser adaptada, fazendo um processo de integração aos demais alunos da turma que não possuem SD. Assim, espera-se que esta pesquisa possa contribuir com os professores de Geografia que enfrentam desafios como este.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Sarah. Práticas pedagógicas para incluir alunos com deficiência nas aulas de geografia. In: NOGUEIRA, Ruth Emilia (org.). **Geografia e Inclusão escolar: teoria e práticas**. Florianópolis: edições do Bosque/ CFH/ UFSC, 2016.

ALMEIDA, Maria Amélia. Caminhar da Deficiência Intelectual e Classificação pelo Sistema de Suporte/Apoio. In: ALMEIDA, Maria Amélia (org). **Deficiência intelectual: realidade e ação** / Secretaria da Educação. Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado – CAPE; São Paulo: SE, 2012.

Batista, Bianca Alves e Fernandes, Maria Lidia Bueno. Contribuições do ensino de Geografia para um educando com Síndrome de Down. In: **Instrumento: R. Est. Pesq. Educ.**, Juiz de Fora, v. 17, n. 2, jul./dez. 2015.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do adolescente. LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Disponível em:** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em 09 set. 2018.

_____. LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. **Estatuto da Pessoa com Deficiência- EPD**. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2013.146-2015?OpenDocument. Acesso em 09 set. 2018.

BISSOTO, Maria Luisa. O desenvolvimento cognitivo e o processo de aprendizagem do portador de Síndrome de Down: revendo concepções e perspectivas educacionais. In: **Ciência e Cognição**. V. 4, p. 80-88, 2005. Disponível em <http://www.cienciasecognicao.org>. Acesso em 20 nov. 2018.

CALLAI, Helena Copetti. JAEME Luiz. Grupo, espaço e tempo nas séries iniciais. **Boletim Gaúcho de Geografia**, 21: 99-108, ago.1996. Versão online disponível em: <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38636/26360>. Acesso em 09 set. 2018.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. Editora Hucitec São Paulo, 2007.

CASTELLAR, Sônia. A formação de professores e o Ensino de Geografia. In: **As transformações no mundo da Educação: Geografia, Ensino e Responsabilidade Social**. Terra Livre, nº 14. São Paulo: AGB, Janeiro – julho, 1999.

CAVALCANTI. Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Editora Papirus. São Paulo. 2005.

_____. **O ensino de geografia na escola**. Campinas, SP: Papirus 2012.

DECLARAÇÃO de Salamanca. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em 09 set. 2018.

GONÇALVES, Ângela. MACHADO, Andréa Carla. Importância das Causas na Deficiência Intelectual para o Entendimento das Dificuldades Escolares. In: ALMEIDA, Maria Amélia (org). **Deficiência intelectual: realidade e ação/** Secretaria da Educação. Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado – CAPE; São Paulo: SE, 2012

HOLZER, Werther. O lugar na Geografia Humanista. In: **Revista Território**. Rio de Janeiro. Ano IV nº 7. P.67-78, 1999. Disponível em: http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/07_6_holzer.pdf. Acesso em 09 set. 2018.

JANNUZZI, Gilberto de Martinho. **Educação do Deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI.**Campinas: Autores Associados, 2012.

MASSEY. Doreen. ARANTES, Antonio Augusto . (org.).**Um sentido global do lugar: O espaço da diferença/** Campinas, SP: Papirus, 2000.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. História da Educação Especial no Brasil. In: **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas.** 5ª edição. São Paulo: Cortez, 2005.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **Breve histórico da Educação especial no Brasil.** **Revista** Educación y Pedagogía, vol. 22, núm. 57, mayo-agosto, 2010. MUSTACCHI, Zan& Peres, Sergio. **Genética - Baseada Em Evidências (Síndromes e Heranças).** Editora: Cid /Ano: 2000.

MUNIZ, L. S.; ALMEIDA, P. Diálogos entre as obras de Paulo Freire e Fernando González Rey: aproximações e diferenciações. In: CUNHA, C. da (Org.). **Pensamento pedagógico e políticas de educação.** Brasília: Liber Livro, 2013.

SILVA, Emílio Carlos Figueira da. **Teologia Da Inclusão.** A trajetória das pessoas com deficiência na história do Cristianismo. Emilio Figueira. São Paulo: Figueira Digital, 2015.

Pontuschka, Nidia Nacib. **Para ensinar e aprender Geografia.** 1ª Ed.- São Paulo: Cortez, 2007.

PUREZA, Marcelo Gaudêncio Brito. **Desvelando o território da educação inclusiva na formação inicial de professores de Geografia:** Os projetos pedagógicos da UFPA e IFPA em análise. Prof. Dr. Genylton Odilon Rêgo da Rocha. – 2012.

SACRAMENTO, Ana Claudia Ramos, **Didática e Educação Geográfica: algumas notas.** In: Uni-pluri/versidad Vol. 10 No. 3, 2010. Universidad de Antioquia. Medellín. Col. Versión Digital. Disponível em: <http://aprendeonlinea.uea.edu.co/revistas/index.php/unip/issue/current>. Acesso em 09 set. 2018

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção/ Milton Santos, - 4 ed. 2 reimpr- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

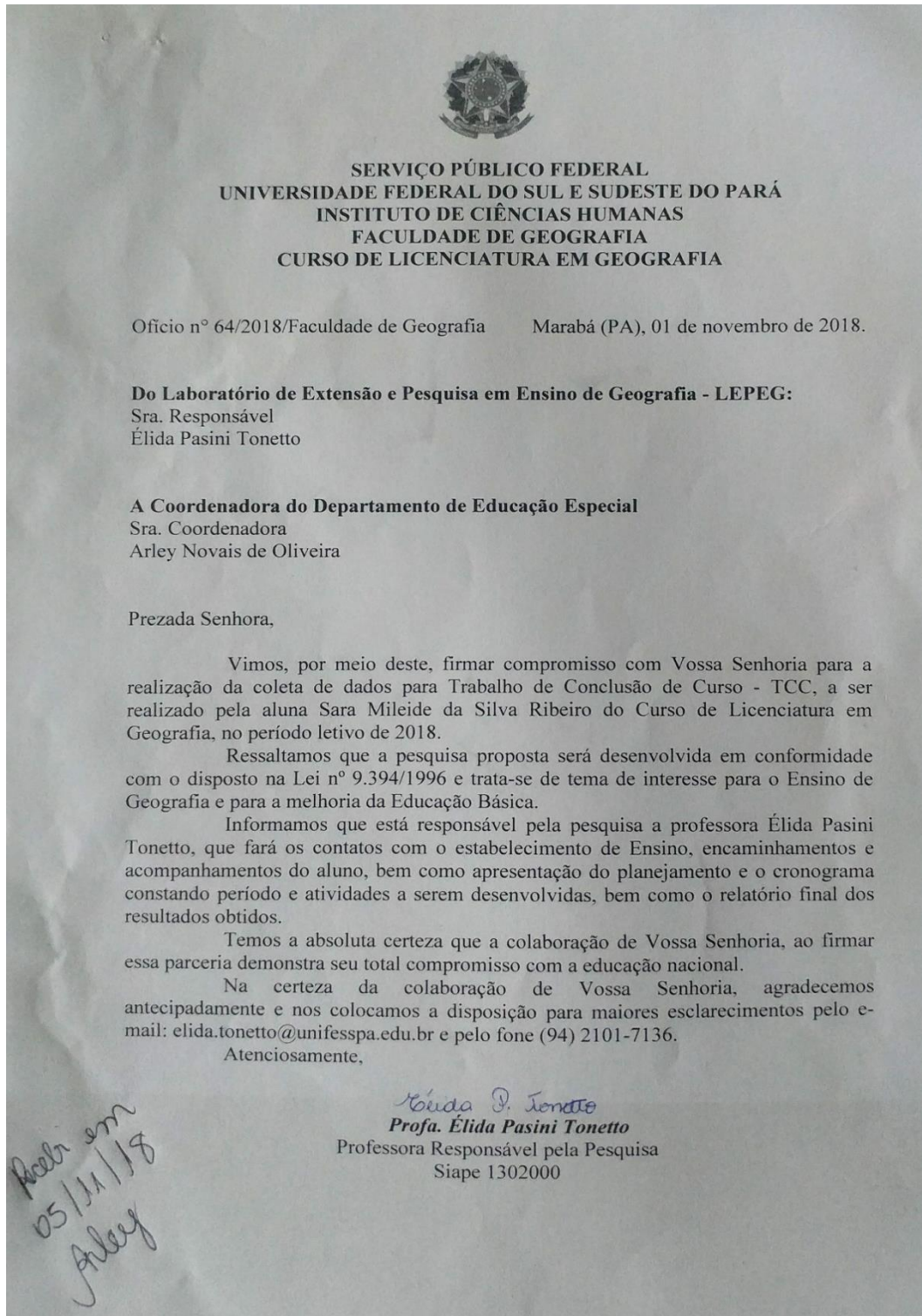
TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

VOIVODIC, Maria Antonieta. **Inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down**/ 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.


VYGOTSKI, Lev Semyonovich. **A formação social da mente**/ Livraria Martins Fontes Editora Ltda. São Paulo - SP 1991. 4ª edição brasileira

ANEXOS

Anexo 1: ofício dirigido a escola.



Anexo 2: ofício dirigido a escola.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

Ofício nº 65/2018/Faculdade de Geografia Marabá (PA), 07 de novembro de 2018.

Do Laboratório de Extensão e Pesquisa em Ensino de Geografia - LEPEG:
Sra. Responsável
Elida Pasini Tonetto

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Salomé Carvalho
Sra. Diretora
Claudence Batista Lopes

Prezada Senhora,

Vimos, por meio deste, firmar compromisso com Vossa Senhoria para a realização da coleta de dados para Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, a ser realizado pela aluna Sara Mileide da Silva Ribeiro do Curso de Licenciatura em Geografia, no período letivo de 2018.

Ressaltamos que a pesquisa proposta será desenvolvida em conformidade com o disposto na Lei nº 9.394/1996 e trata-se de tema de interesse para o Ensino de Geografia e para a melhoria da Educação Básica.

Informamos que está responsável pela pesquisa a professora Elida Pasini Tonetto, que fará os contatos com o estabelecimento de Ensino, encaminhamentos e acompanhamentos do aluno, bem como apresentação do planejamento e o cronograma constando período e atividades a serem desenvolvidas, bem como o relatório final dos resultados obtidos.

Temos a absoluta certeza que a colaboração de Vossa Senhoria, ao firmar essa parceria demonstra seu total compromisso com a educação nacional.

Na certeza da colaboração de Vossa Senhoria, agradecemos antecipadamente e nos colocamos a disposição para maiores esclarecimentos pelo e-mail: elida.tonetto@unifesspa.edu.br e pelo fone (94) 2101-7136.

Atenciosamente,

Elida Pasini Tonetto
Profa. Elida Pasini Tonetto
Professora Responsável pela Pesquisa
Siape 1302000

*recebido em
08/11/18
Claudence B. Lopes*

APÊNDICES

4.1. Entrevista com Monitora (Estagiária) da aluna com Síndrome de down na escola Salomé Carvalho

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE GEOGRAFIA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ORIENTADORA: Elida Pasini Tonetto

DISCENTE (A): Sara Mileide da Silva Ribeiro

Entrevista com Monitora

1. ENTR: Qual o seu nome? Sua formação?

MI: Mary, graduada em pedagogia.

2. ENTR: Quais os desafios em trabalhar com uma aluna com Síndrome de Down?

MI: O maior desafio esta em fazer com que o aluno aprenda, e isto envolve uma busca por parte do docente, a fim de alcançar o objetivo maior, que é o desenvolvimento do aprendizado do mesmo.

3. ENTR: Qual método utiliza para aprendizado mais consistente?

MI: Os métodos utilizados são fonéticos e silábicos, copiar cobrir pontilhados, identificar números, letras e cores.

4. ENTR: A aluna sabe ler? Escrever? Desenhar? Interpretar?

MI: A aluna identifica a letra "A", desenha apenas círculos e cobre atividade e as colore.

5. ENTR: Como é a conduta da aluna com síndrome de Down?

MI: Um excelente comportamento, calma e muito sociável.

6. ENTR: Como é a atuação da família?

MI: A família atua de forma ativa em conjunto com a escola, fazendo- se presente em todo tempo.

7. ENTR: Qual a sua opinião sobre a inclusão das pessoas com síndrome de Down em redes regulares de ensino?

MI: A inclusão é a parte fundamental e necessária para todos, pois independente das dificuldades, todos precisam ser respeitados e aceitos na sua singularidade.

8. ENTR: Percebeu melhorias na aluna com SD? Quais foram essas melhorias?

MI: Com certeza. Esta melhoria está na socialização e isto se estende para o aprendizado do aluno.

4.2. Ficha de observação da aluna com Síndrome de Down

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE GEOGRAFIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Ficha de observação da aluna com SD

1) NOME DA ALUNA E SÉRIE.

Letícia⁵, 7º ano do ensino fundamental

2) CARACTERÍSTICAS E COMPORTAMENTO DA ALUNA COM SÍNDROME DE DOWN

Características físicas visíveis da síndrome de down, baixa estatura, calma, tranqüila, alegre e sociável.

3) COMO É A COMUNICAÇÃO DA ALUNA?

Possui dificuldades de dicção. Muitas das vezes não compreendendo que a aluna fala.

4) COMO É A PARTICIPAÇÃO DA ALUNA COM SÍNDROME DE DOWN EM SALA DE AULA?

Foi observado que a aluna fica em sala de aula, ouvindo o que os docentes explicam, pois possui dificuldades na leitura e escrita. A aluna recebe acompanhamento de uma monitora, que elabora as atividades de acordo com as suas necessidades.

5) DE QUE MANEIRA A ALUNA UTILIZA A SALA DE RECURSOS?

A sala de recurso possui diversos materiais, destinando somente para alunos com deficiências e dificuldades no aprendizado. A aluna faz uso de materiais didáticos como jogos de quebra cabeça, livros, equipamentos de informática, entre outros.

6) FAZ ALGUM TIPO DE ACOMPANHAMENTO FORA DA ESCOLA E DA SALA DE RECURSO?

A aluna utiliza o espaço da APAE de Marabá, onde recebe acompanhamento de psicopedagoga, fisioterapeutas, psicólogos e principalmente de uma fonoaudióloga.

7) COMO FOI A INTERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DA ALUNA NA ATIVIDADE PROPOSTA?

A participação da aluna se deu de forma satisfatória, a atividade foi recebida pela aluna com bastante entusiasmo. Embora tenha dificuldade com a dicção, a aluna expressou bem suas opiniões, reforçando o dialogo entre docente e aluna, perguntando sempre se estava entendendo a atividade.

⁵Utilizado nome fictício para preservar a identidade da aluna.

6.3. Plano de Aula

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE GEOGRAFIA**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

PLANO DE AULA

1) DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

CURSO: **LICENCIATURA PLENA E BACHARELADO EM GEOGRAFIA**

ORIENTADORA: Elida Pasini Tonetto

LOCAL DE ESTAGIO: EMEF Salomé Carvalho

SÉRIE/TURMA: 7º (sétimo) ano do Ensino Fundamental

DISCENTE (A): Sara Mileide da Silva Ribeiro

DATA: 24/11/2018

TEMPO PREVISTO (VARIÁVEL): 4h: 00m (quatro horas)

2) TEMA

Construção do conceito de lugar por uma aluna com Síndrome de Down.

3) CONTEÚDOS

- O que é lugar?
- Lugar do cotidiano
- Mudanças no lugar

4) OBJETIVOS

- Despertar o interesse pela geografia.
- Destacar os processos de formação e de mudanças no lugar, através do uso de imagens.
- Desenvolver a noção sobre lugares de vivência e de pertencimento.
- Auxiliar a aluna com Síndrome de down, através do uso de imagens, a construção do conceito de lugar.

5) CONCEITOS GEOGRÁFICOS

- Lugar

6) METODOLOGIA/DIDÁTICA

- 1- A didática consiste no terceiro momento da pesquisa, que partiu do desenvolvimento de uma atividade voltada pra a aluna com síndrome de down, através do uso de

imagens dos lugares do cotidiano da aluna para o desenvolvimento prático do conceito, que ocorreu da seguinte forma:

- 2- Colar em cartolina as imagens que representam os lugares do cotidiano. Assim foi exibido varias imagens no qual a aluna selecionou e colou as imagens dos seus lugares de convívio.
- 3- Colar em cartolina as imagens que representam os lugares dotados de sentimentos: Assim foi exibido varias imagens no qual a aluna selecionou e colou as imagens dos lugares ao qual possui algum tipo sentimento (representados por emojis). Através dessa atividade foi possível compreender também os lugares de pertencimento da aluna com síndrome de down.
- 4- Logo em seguida a aluna fez uma relação entre seus lugares de pertencimento, o que cada um possui de diferente e de igual entre eles.
- 5- Para entender como a aluna compreende a influência do tempo no lugar, foram apresentadas imagens antigas e recentes de uma praça do núcleo Marabá Pioneira, de forma que a aluna evidencia-se as transformações ocasionadas no lugar.

7) RECURSOS

Quadro branco; pincel; cartolina, fita adesiva, imagens de lugares da cidade retiradas do Google, tesoura, cola e imagens de emojis, feliz, triste, bravo e apaixonado.

8) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas, SP: Papyrus, 2005.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. Editora Hucitec São Paulo, 2007